

Pedro Hallal, reitor da Federal de Pelotas: ‘Tivéssemos isolado e rastreado doentes, não seriam 100 mil mortos’

Há muito que pode ser feito para deter o morticínio, afirmou

Em entrevista ao Jornal Extra Classe, Pedro Hallal, o reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), e coordenador da maior pesquisa sobre coronavírus no Brasil, afirmou, na quinta-feira (06), que “se houvesse uma política pública de testagem massiva da população, com a devida identificação de contamina-

dos e isolamento para barrar a transmissão, o saldo da Covid-19 certamente estaria longe das 100 mil mortes registradas esta semana desde o primeiro óbito causado pela doença, no dia 12 de março”. Sem uma vigilância epidemiológica efetiva, o país continuará lutando às cegas com um vírus que se espalha fazendo um número desastroso de vítimas fatais. **Página 3**



A triste marca de cem mil mortos pela Covid-19 no Brasil foi marcada em Recife por manifestantes na rua

‘Direitos Já!’ quer mercado interno e investimento para saída da crise

Tomaz Silva - ABr



Em julho, 40 milhões procuram e não acham emprego, diz IBGE

Em plena pandemia, mais de 40 milhões de brasileiros gostariam de trabalhar mas não encontram trabalho, apontam dados da Pnad

Covid-19, divulgados, nesta sexta-feira (7), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Compõem esse contingente, 12,4

milhões de pessoas desempregadas e outros 28 milhões de brasileiros fora de força de trabalho, mas que gostariam de trabalhar. Os dados foram

coletados entre 12 e 18 de julho. O número de desempregados na semana entre os dias 12 e 18 de julho subiu para 12,4 milhões **Página 2**

Para o sociólogo Fernando Guimarães, coordenador do movimento “Direitos Já! Fôrum pela Democracia”, que reúne 17 partidos, diante da pandemia da Covid-19, é necessário “uma forte ampliação do mercado interno, além do crescimento da nossa participação global, medidas emergenciais de recuperação do emprego, da produção, abrindo inclusive investimentos de **mais longo prazo**”. **Pág. 2**

21 cheques de Queiroz voaram para conta da primeira-dama

Ex-assessor de Flávio Bolsonaro depositou 21 cheques, no valor total de R\$ 72 mil, na conta de Michelle Bolsonaro. Descoberta desmente versão dada pelo presidente de que teria feito um empréstimo de R\$ 40 mil a Queiroz. **Pág. 3**

MP de Bolsonaro autoriza venda da CEF aos pedaços

Na noite de sexta-feira (7), Bolsonaro editou Medida Provisória que permite o fatiamento da Caixa Econômica Federal e a venda aos pedaços do histórico banco público. **P. 2**

Renault: Justiça anula demissões

A fábrica da Renault de São José dos Pinhais (PR) terá que readmitir os 747 trabalhadores que foram demitidos no último dia 21 de julho. **Pág. 5**

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Vacina inglesa será na verdade fabricada na China



Guimarães, presidente da Caixa, e Bolsonaro

Bolsonaro edita MP que autoriza venda da Caixa aos pedaços

Na noite de sexta-feira (7), Bolsonaro editou a Medida Provisória 995/2020 que permite o fatiamento da Caixa Econômica Federal e a venda aos pedaços do histórico banco público, em mais uma tentativa de “passar a boiada” contra o patrimônio do povo brasileiro.

Em nota, o Palácio do Planalto informou que “a medida é o primeiro passo para o desinvestimento e alienação de ativos da Caixa”.

O presidente da Federação Nacional das Associações da Caixa Econômica Federal (Fenae), Sérgio Takemoto, afirma que a entidade estuda todas as medidas para impedir a privatização da Caixa.

“A edição de uma MP que coloca em risco um dos principais patrimônio da população brasileira, a Caixa, no momento que o país atinge a triste marca 100 mil mortes por Covid-19, demonstra que o único objetivo do governo é vender o patrimônio público. Não tem nenhuma consideração com a vida”, afirma Takemoto.

Rita Serrana, conselheira de administração da Fenae, destaca que “mais de 70% da população brasileira é contra a privatização da Caixa”. “Para poder vender o banco, você fatia o banco. Como um carro: você vende os motores, você vende as rodas, você venda a embreagem, você vende os vidros. E aí, o que vai sobrar? Vai sobrar a sucata e com a sucata não dá para fazer nada”, denuncia.

A conselheira da Fenae destaca que diversos países como Alemanha, Canadá, e China, estão utilizando de “suas instituições públicas para poder reconstruir o país pós-pandemia”. “Aqui nós estamos indo na contramão do que ocorre no mundo”, afirma.

A MP encaminhada ao Congresso Nacional é assinada pelo presidente Jair Bolsonaro e pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, aquele que quer “vender tudo”. A medida provisória autoriza as subsidiárias da Caixa e as sociedades constituídas por elas a constituir outras subsidiárias, inclusive pela incorporação de ações de outras sociedades empresariais.

É mais uma manobra contra a necessidade de autorização do Legislativo, a exemplo do que vem sendo feito com Petrobrás, de separar as refinarias, entre outras subsidiárias da empresa-mãe, para posterior privatização.

Recentemente, o Senado e a Câmara entraram com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir o governo de criar subsidiárias da Petrobrás com o intuito de desmembrar a empresa e depois vender suas subsidiárias, a exemplo do que vem acontecendo com as refinarias da estatal.

Entre as empresas da CEF que o governo pretende privatizar estão as Loterias, Seguros, Cartões, Gestão de Ativos de Terceiros e, mais recentemente, o Banco Digital, que seria criado a partir das poupanças sociais abertas para os saques do FGTS e Auxílio Emergencial.

Com informações do Congresso em Foco e da Fenae

Direitos Já! defende investimentos e ampliação do mercado interno



Fernando é coordenador do Direitos Já! Fórum pela Democracia

40 milhões de brasileiros não conseguem emprego, diz IBGE

Em plena pandemia, mais de 40 milhões de brasileiros gostariam de trabalhar mas não encontram trabalho, apontam dados da Pnad Covid-19, divulgados, nesta sexta-feira (7), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Compõem esse contingente, 12,4 milhões de pessoas desempregadas e outros 28 milhões de brasileiros fora de força de trabalho, mas que gostariam de trabalhar. Os dados foram coletados entre 12 e 18 de julho.

Na crise sanitária da Covid-19, onde as medidas do governo federal foram insuficientes para amenizar os efeitos da pandemia sobre economia, o número

de desempregados na semana entre os dias 12 e 18 de julho subiu para 12,4 milhões na comparação com a semana anterior, quando se registrou 12,2 milhões. “Com isso, a taxa de desocupação ficou em 13,1%, a mesma da semana anterior (13,1%) e bem acima da taxa registrada na primeira semana de maio (10,5%)”, diz a nota do instituto.

A população fora da força de trabalho, que não estava trabalhando nem procurava por trabalho, ficou em 76,2 milhões de pessoas. Deste contingente de brasileiros, cerca de 28,0 milhões de pessoas, ou 36,7% da população fora da força de trabalho, disseram que gostariam de

trabalhar. “Esse contingente ficou estável em relação à semana anterior (28,3 milhões ou 36,7%) e aumentou frente à semana de 3 a 9 de maio (27,1 milhões ou 35,5%)”, diz o IBGE.

De acordo com o instituto, cerca de 18,6 milhões de pessoas fora da força que gostariam de trabalhar e não procuraram trabalho, não o fizeram por causa da pandemia ou por não encontrarem uma ocupação na localidade em que moravam. O IBGE apontou que na semana da pesquisa cerca de 13,8 milhões de pessoas, ou 6,5% da população do país, apresentavam pelo menos um dos 12 sintomas associados à Covid-19.

Relator compara CPMF de Bolsonaro à extorsão de impostos da era medieval

O relator da reforma tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), declarou que a proposta do ministro Paulo Guedes de criar uma nova CPMF “remete ao ambiente medieval”. Para ele, a reforma necessária precisa encontrar mecanismos para redistribuir a carga tributária, em vez de criar uma nova cobrança.

“Eu não defendo aumento de carga tributária. Esse é um princípio que eu defenderei com toda a minha força, por ter convicção disso”, disse em uma edição extraordinária da “Live” do Valor, na segunda-feira (3), destacando que um aumento de carga em um período de pandemia e crise econômica “não faz sentido nenhum”.

Bolsonaro, depois de declarar ser contra uma nova CPMF, comete mais um estelionato eleitoral dando aval a Guedes para encaminhar a proposta. A criação de uma nova CPMF não resolve o caráter altamente regressivo

dos sistema tributário brasileiro, ou seja, muita tributação sobre o consumo e sobre os assalariados e pouca ou nenhuma cobrança de impostos da renda, dos dividendos e das propriedades.

Segundo o deputado, seu parecer, em vez de criar uma nova cobrança, vai buscar evitar a expansão da atual carga tributária.

“Se eu for criar CPMF, vou estar criando um novo imposto para onerar a todos, toda a população brasileira, inclusive em cadeia cumulativa e sem uma referência positiva desse imposto”, ressaltou.

Ribeiro lembrou a experiência que o Brasil teve com a CPMF – criada para ajudar a financiar a Saúde no país e acabou sendo desviada pelo governo para pagar juros da dívida pública – que foi criada com uma finalidade e acabou sendo usada para atender às necessidades do governo.

“Essa tentação de aumento de carga tributária nos

remete ao ambiente medieval, daquele rei que quando tem necessidade manda criar mais um imposto e, de forma muito simplista, cria e penaliza geralmente sempre os que precisam mais”, afirmou Ribeiro.

Para o relator, se o governo quiser uma nova CPMF, “se ele entender que esse é o caminho, apresente uma proposta de emenda à Constituição que o Congresso analise”.

O deputado criticou também a forma “fatiada” como foi apresentada a proposta do governo de reforma tributária. “Apreciar qualquer tema em matéria tributária de forma fatiada me parece não ter efetividade”, disse Ribeiro. “Acho quase impossível apreciar duas matérias neste ano que se refram a questões tributárias no Parlamento brasileiro. A gente tem que ampliar esse debate, uma reforma mais ampla, e votar aquilo que tenha votos para se viabilizar em termos de texto”.

IBGE: produção industrial brasileira acumula perda de 19,4% em 3 meses de pandemia

Com a apresentação dos dados de junho, a produção industrial do país acumula -19,4% no segundo trimestre. O recuo é o maior da série histórica da Pesquisa Industrial Mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), gerando forte impacto sobre as previsões de crescimento econômico do país em 2020.

De acordo com os dados do IBGE apresentados hoje (4), o resultado de junho foi positivo em 8,9% na comparação com maio. Essa foi a segunda alta seguida registrada sobre uma base de comparação negativa em dois dígitos e insuficiente, portanto, para recuperar as perdas dos dois meses mais difíceis da pandemia (março e abril), quando o setor produtivo caiu -26,6%.

“A produção industrial ainda está longe de eliminar a perda concentrada nos meses de março e de abril. O saldo negativo desses quatro meses (-13,5%) é bastante relevante”, destacou o gerente da

pesquisa, André Macedo.

Mesmo com o resultado de junho, a indústria está 27,7% abaixo do nível de maio de 2011. Em relação a junho de 2019, houve recuo de 9% – o oitavo negativo seguido nessa base de comparação e no semestre, a queda acumulada já é de -10,5%.

“O nível de produção industrial em jun/20 foi 13,5% abaixo daquele de fev/20, isto é, antes da Covid-19 atingir o Brasil, e 27,7% inferior ao nível de mai/11, quando o setor estava no ponto mais elevado de produção de sua série histórica, já corrigidos os efeitos sazonais. Ou seja, há muito o que compensar para virarmos a página das duas últimas crises”, assinalou o Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial).

“Por ora, o sinal ainda relativamente fraco de aceleração da passagem de maio para junho e o padrão de baixíssimo dinamismo industrial antes mesmo do coronavírus

justificam certa preocupação”, afirmam os empresários do Iedi.

Sobre o dado trimestral, negativo em quase 20%, a queda foi generalizada em todas as quatro grandes categorias econômicas. O recuo foi de -64,9% na produção de bens de consumo duráveis (influenciada pela menor fabricação de automóveis (-83,2%) e de eletrodomésticos (-33,2%) no segundo trimestre). Já nos bens de capital, a queda foi de -38%, puxada pela redução da produção de bens de capital para equipamentos de transporte (-61,1%) e para fins industriais (-33,0%). A produção de bens de consumo semi e não-duráveis (-16,7%) e de bens intermediários (-12,7%) também fechou o trimestre no vermelho.

Em junho, a reação sobre maio se deve especialmente à retomada da produção de veículos, que avançou 70% na passagem de um mês para o outro.

“Isso passa por reindustrialização, por reconversão industrial, por investimento em ciência e tecnologia, sustentabilidade ambiental, e eu diria que, principalmente, pela redução da pobreza e do combate às desigualdades”, afirma Fernando Guimarães

O coordenador do movimento “Direitos Já! Fórum pela Democracia”, o sociólogo Fernando Guimarães, afirma, em entrevista ao HP, que diante da pandemia da Covid-19, que “danificou as cadeias produtivas no mundo todo, em todos os segmentos econômicos”, é necessário “uma forte ampliação do mercado interno, além do crescimento da nossa participação global, medidas emergenciais de recuperação do emprego, da produção, abrindo inclusive investimentos de mais longo prazo”.

O Direitos Já! reúne lideranças de 17 partidos políticos que defendem a democracia e lançou recentemente um programa com sugestões para a saída da crise econômica agravada pela pandemia da Covid-19. O documento foi elaborado com a participação de vários setores da sociedade e de renomados economistas.

Segundo Fernando Guimarães, em momentos de crise, “a ampliação de investimento é fundamentalmente necessária” e “hoje não existe nenhuma nação desenvolvida que tenha dado um salto econômico com base em poupança externa”.

“Hoje a relação dívida e PIB aqui está na casa do 100%. Nos países desenvolvidos estão levando seus gastos a níveis máximos para enfrentar a crise”, enfatizou, “mas é preciso romper com certas convenções no mundo econômico para isso”.

HORA DO POVO - Neste momento em que o país passa pela maior crise sanitária de sua história e a economia entra em profunda recessão, quais são os principais pontos que você destacaria no programa para a retomada do crescimento econômico, lançado pelo Direitos Já! sob sua coordenação?

FERNANDO GUIMARAES - Em momentos de crise, o racionalismo individual leva que as empresas promovam demissões para conter custos. Num primeiro momento, isso aparenta ter algum sentido, porém, levado às últimas consequências, por todos os microrganismos econômicos, fará com que as empresas deixem de gerar riquezas, impossibilitando de pagarem as suas dívidas passadas e de aprimorar o desenvolvimento das suas cadeias produtivas. Noutras palavras, contrair crédito e dívida hoje é a condição do pagamento dessas dívidas passadas e acumular riqueza futura. O problema se encontra na dificuldade desse governo conseguir fazer esse raciocínio, minimamente sofisticado, de pensar a macroeconomia. O que é necessário hoje, fundamentalmente, é uma forte ampliação do mercado interno, além do crescimento da nossa participação global, medidas emergenciais de recuperação do emprego, da produção, abrindo inclusive investimentos de mais longo prazo. Isso passa por reindustrialização, por reconversão industrial, por investimento em ciência e tecnologia, sustentabilidade ambiental, e eu diria que, principalmente, pela redução da pobreza e do combate às desigualdades.

HP - O programa apresentado tem como base a ampliação dos investimentos públicos, inclusive como forma de estimular

o investimento privado. O governo diz que o Estado está quebrado e não há recursos, que só o capital estrangeiro pode tirar o país da crise. O que você acha dessa polêmica?

FERNANDO - A pandemia, ela danificou as cadeias produtivas no mundo todo, em todos os segmentos econômicos. Onde o capital alemão, americano, japonês irá aportar os seus recursos quando a epidemia passar? Na recuperação de suas respectivas economias ou no Brasil cujo ambiente jurídico, econômico é totalmente insalubre? Não existe nenhuma nação desenvolvida que tenha feito um salto econômico com base em poupança externa. Hoje a relação dívida e PIB aqui está na casa do 100%. Nos países desenvolvidos estão levando seus gastos a níveis máximos para enfrentar a crise. Já há vários instrumentos financeiros para enfrentamento dessa crise utilizando de recursos em fundos não utilizados pela União, utilização de juros, de reservas cambiais, mas é preciso romper com certas convenções no mundo econômico para isso.

HP - Há no governo um debate entre os que defendem a ampliação de investimento públicos, mesmo que tímidos, como no Programa Pró-Brasil, e os que insistem na manutenção do arrocho fiscal e corte de gastos. Qual sua avaliação. Você vê alguma possibilidade de que esse governo venha a adotar as propostas do programa do Direitos Já!?

FERNANDO - A ampliação de investimento público é sempre bem-vinda, principalmente, em momentos de crise, onde ela é fundamentalmente necessária. Agora, o programa Pró-Brasil apresentado por esse governo propõe a gastar R\$ 30 bilhões em três anos. Isso dá pouco mais de 1% do nosso PIB por ano. Hoje nós temos cerca de R\$ 150 bilhões de obras por ano no Brasil, ou seja, o que está sendo apresentado é algo insignificante. Falta esse governo ter responsabilidade, comprometimento e capacidade. Coragem de fazer aquilo que precisa ser feito, não atender interesses outros.

HP - Como o movimento Direitos Já! pensa em fazer para que os pontos desse programa venham a ser implantado o mais rápido possível?

FERNANDO - O instrumento que eu diria que já constrói, é o de dialogar com a sociedade, dialogar com os partidos políticos. Essa nossa proposta, ela consultou organizações da sociedade civil, ela foi mediada por diversos economistas da sociedade, economistas indicados pelos partidos. O nosso conselho político que reúne lideranças dos mais diversos campos políticos e partidários avalizou por consenso essa construção e agora nós estamos buscando dialogar com o Congresso Nacional, apresentando essa proposta aos senadores, aos deputados. O Congresso Nacional hoje tem um papel fundamental, ele é uma espécie de veículo condutor para esses grandes debates da nação, que é o seu papel, e que torna uma dimensão de mais ampla relevância principalmente pela inépcia do atual Poder Executivo.

ELIANA REIS

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopove@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Bolsonaro e Márcio França em São Vicente

Inaugurações perigosas

Na sexta-feira (07/08), Bolsonaro esteve na reinauguração da ponte de Barreiros, no município paulista de São Vicente.

Ao seu lado estava o ex-vice-governador de São Paulo, Márcio França, atualmente pré-candidato a prefeito da capital do Estado.

Mais tarde, Márcio França escreveu no Twitter, acima de sua foto com Bolsonaro:

“Nesse momento, me encontrando com o Presidente Jair Messias Bolsonaro. Através das boas relações, diálogo e união é que podemos ajudar o povo. Vamos achar maneiras para que a ajuda humanitária chegue aos que necessitam. #DiálogoComJair #AjudaHumanitária #UniãoDeEsforços”

Bolsonaro é, reconhecidamente, um especialista em ajuda **desumanitária**, expressão algo desajeitada, mas que traduz bem o conteúdo de seu governo. Da extinção do Ministério do Trabalho até as covas nos cemitérios que recebem os mortos pela COVID-19, se existe algo que um ser humano não pode esperar dele é ajuda. Exceto, talvez, se fizer parte da família Bolsonaro, mas existe quem conteste a substância humana dessa gente...

O melhor comentário – pela precisão e síntese – sobre essa comemoração de Márcio França de um encontro com Bolsonaro, foi do deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP), também no Twitter:

“Tem muito camaleão na política, mas tem gente exagerando. Nascido na esquerda, crescido nas asas do tucanato e de namorico com o bolsonarismo. Cuidado, a esperteza costuma engolir o esperto.”

Realmente, esperar alguma coisa de Bolsonaro parece esperteza que se torna tolice. Bolsonaro não conseguiu apoiar nem a deputada Joice Hasselmann ou o senador Major Olímpio – ambos em choque com o filho zero-alguma coisa, Eduardo Bolsonaro, que chefia o bando bolsonarista em São Paulo.

Eduardo Bolsonaro – isto é, Jair Bolsonaro – irá apoiar Márcio França? Logo Bolsonaro, que, em seu discurso de posse, disse que o maior inimigo de seu governo é o “socialismo”?

Independente do que esse elemento entenda por “socialismo”, o ex-vice-governador Márcio França é membro do Partido Socialista Brasileiro (PSB), desde a sua refundação, após a derrubada da ditadura.

Por que Bolsonaro iria ajudá-lo ou apoiá-lo, seja lá para o que for?

Bolsonaro, o máximo que poderá fazer, seria torrar o passado progressista de Márcio França, algo que seu mandato – lembrado por Orlando Silva – como vice-governador de Geraldo Alckmin, do PSDB, não conseguiu fazer.

Entretanto, Márcio França tem dito que o inimigo é Doria, e não Bolsonaro – inclusive com a avaliação de que Bolsonaro está se saindo melhor no combate à epidemia de COVID-19 do que o governador João Doria (ver sua entrevista à Folha de S. Paulo, 27/07/2020, na qual responsabiliza Doria pela situação em São Paulo – “*São Paulo virou a vergonha do País na pandemia*” –, ao mesmo tempo que diz, sobre Bolsonaro: “*Acho que o atual presidente é um rapaz com pouca experiência administrativa. Uma coisa é viver no Parlamento, outra é no Executivo. Por isso, ele tem enfrentado essas dificuldades todas*”).

Não existe ninguém, em sã consciência, sobretudo após 100 mil mortos no Brasil, vitimados pela COVID-19, que tenha essa opinião. Não será invertendo a realidade – ou escamoteando a desastrosa conduta de Bolsonaro, com as mortes que já causou – que será possível angariar os votos do povo da capital de São Paulo.

Os compreensíveis ressentimentos pessoais, sequelas da última campanha eleitoral para o governo de São Paulo, não podem justificar uma atitude que não corresponde ao interesse público, ao interesse do povo.

Em janeiro, Bolsonaro já fora visitado pelo filho de Márcio França, o deputado estadual Caio França (PSB) e pelo prefeito de São Vicente, Pedro Gouvêa (MDB), também presente à reinauguração da ponte de Barreiros, na última sexta-feira. Esta visita de Bolsonaro a São Vicente, segundo foi dito durante o ato, foi articulada pela deputada federal Rosana Vale (PSB-SP).

É verdade que, algumas horas depois de postar a nota que transcrevemos acima, não a encontramos mais em seu Twitter. Pode ser que o ex-vice-governador tenha se arrependido do que pode ter sido um rompante.

Mas, nesse caso, melhor seria esclarecer a questão. Ninguém é obrigado a acertar sempre. Mas reconhecer um erro faz parte da grandeza de um político.

C. L.

Orlando Silva: Felipe Neto soma fileiras pela luta democrática e apoia os comunicadores negros

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) elogiou uma proposta de Felipe Neto para os negros e criticou setores da esquerda que atacam o youtuber.

“A parte da dita esquerda que volta as baterias contra o @felipeneto deveria ver isso aqui. Além de somar nas fileiras da luta democrática, atitude concreta no combate ao racismo através de oportunidades para os negros.

“A prática é o critério da verdade”, diria o velho barbudo”, escreveu o deputado no Twitter.

Orlando fez o comentário em cima de uma notícia dada por

Ancelmo Gois, em sua coluna no jornal O Globo, segundo a qual Felipe Neto vai investir R\$ 100 mil na contratação de comunicadores negros para seu canal no YouTube.

Recentemente, Felipe Neto também elogiou a atuação do deputado em torno da tramitação do projeto das fake news, aprovado no Senado e em discussão agora na Câmara dos Deputados.

Orlando Silva é secretário de Participação, Interação e Mídias Digitais da Câmara, tem acompanhado os debates sobre o PL 2.630/20 e é forte candidato a relator do projeto.

Hallal: ‘testagem e rastreamento evitariam 100 mil óbitos de Covid’



Asscom/UFPEL

Pedro Hallal, reitor e pesquisador da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Queiroz depositou R\$ 72 mil em 21 cheques para Michelle Bolsonaro

A esposa de Jair Bolsonaro, Michelle Bolsonaro, recebeu 21 cheques, totalizando R\$ 72 mil, depositados por Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro, que centralizava o esquema da “rachadinha” no gabinete da Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro) quando o filho de Bolsonaro era deputado estadual.

A revista Crusoe teve acesso à quebra de sigilo bancário de Fabrício Queiroz e descobriu que Queiroz depositou os R\$ 72 mil entre 2011 e 2016.

Segundo a reportagem, os depósitos entre 2011 e 2013 eram em cheques de R\$ 3 mil. Em 2011, foram três cheques, somando R\$ 9 mil passados para Michelle Bolsonaro, em 2012 foram seis, somando R\$ 18 mil, e em 2013 foram, novamente, três cheques, completando R\$ 9 mil. Em 2016 foram nove cheques que

totalizam R\$ 36 mil.

Entre janeiro e junho de 2011, também foram registrados depósitos feitos pela esposa de Fabrício Queiroz, Márcia Aguiar, que somam mais R\$ 17 mil passados para Michelle Bolsonaro.

A informação mostra que é mentira a versão de Jair Bolsonaro.

No fim de 2018, quando o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) relatou o depósito de R\$ 24 mil feito por Queiroz para Michelle, Jair Bolsonaro disse que se tratava da devolução de parte de um empréstimo de R\$ 40 mil que ele supostamente teria feito para o ex-assessor de seu filho e faz-tudo da família.

Esse mesmo relatório informou que o ex-assessor movimentou R\$ 1,2 milhão entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017, valor que não condiz com seu salário. Mais tarde, descobriu-

-se que entre janeiro de 2014 e de 2017, Fabrício Queiroz movimentou R\$ 7 milhões.

Queiroz recolhia parte do salário dos assessores de Flávio na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) e repassava parte para a família Bolsonaro, conforme denúncia do Ministério Público do Rio de Janeiro. Com parte do dinheiro, pagou mais de R\$ 150 mil das mensalidades escolares dos filhos de Flávio.

Queiroz foi preso pela Polícia Federal quando estava escondido no sítio do ex-advogado da família Bolsonaro, Frederick Wassef.

A prisão preventiva foi decretada porque Queiroz e sua esposa, Márcia Oliveira de Aguiar, estavam coagindo testemunhas e adulterando provas.

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

P. B.

General Santos Cruz critica atuação de Bolsonaro na pandemia: “essas perdas poderiam ter sido evitadas”

O general Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria de Governo da Presidência, afirmou em seu Twitter, no sábado (09), que parte das mais de 100 mil vidas perdidas para a Covid-19 poderia ter sido poupada se o país tivesse liderança. Ele foi incisivo na crítica ao descaso demonstrado pelo governo federal com o combate à pandemia do coronavírus.

“O Brasil chora mais de 100.000 mortos. Quantos órfãos, quantas famílias mutiladas? A dor maior é saber que parte dessas perdas poderia ter

sido evitadas se houvesse liderança para a união de todos pela vida dos brasileiros. Até quando?”, indagou o general.

Mesmo com o país inteiro registrando o grande sofrimento das perdas causadas pela maior tragédia sanitária que atingiu os brasileiros, Jair Bolsonaro seguiu desdenhando a crise e minimizando as mortes. Ele chegou a dizer que é assim mesmo, que seguiria “tocando a vida e se safando”. O Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal decretaram luto oficial, mas o Palácio do Planalto se recusou a

prestar essa homenagem às famílias das vítimas.

Ao contrário, Bolsonaro, foi para a rede social reclamar que a TV Globo fez uma homenagem às vítimas. A emissora lembrou as atrocidades ditas pelo presidente sobre a pandemia. Desde o “e daí, eu não sou coqueiro”, quando foi questionado sobre os primeiros mil mortos, até “vamos tocar a vida e cuidar de se safar”, da semana passada, passando pela caracterização da doença que matou 100 mil brasileiros como uma “gripezinha”.

‘Há uma inércia no governo federal em enfrentar o drama do desemprego’, diz Dino

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), defendeu que o governo federal deve implementar uma política de proteção do emprego e das micro e pequenas empresas.

“Senão a aterrissagem [depois da pandemia] da economia brasileira vai ser muito dolorosa, uma recessão muito profunda e desemprego muito alto. Nós precisamos de medidas compensatórias imediatas”, afirmou.

Em entrevista à Rádio Super (91.7 FM), de Minas Gerais, Dino argumentou que “temos que terminar esse ciclo do auxílio emergencial e cuidar do que vem depois dele, no que se refere à questão econômica”.

“Eu tenho essas duas preocupações: desemprego crescendo muito e isto gera problemas no que se refere à demanda. Não existe investimento sem demanda, ninguém vai abrir um restaurante sem ter ninguém para frequentar”, explicou.

“Se o desemprego for muito alto, atinge o mercado interno. Por isso, precisa cuidar disso. Ao

meu ver, há muita inércia do governo no que se refere à temática do emprego”, continuou.

Para ele, “uma empresa familiar, às vezes de décadas, que baixa as portas, é uma parte da sociedade que se perde e depois não tem como fazer esse negócio voltar a existir. Tem setores econômicos sendo dizimados, restaurantes, bares, agências de viagens, hotéis, comércio e serviço de maneira geral”.

Dino defendeu “o chamado auxílio emergencial empresarial, para micro e pequenas empresas”. “Contaríamos com os recursos que estão sobrando dos programas anteriores e com emissão monetária excepcional feita pelo Banco Central”.

O governador do Maranhão também disse que esse projeto econômico também deve incluir “um plano nacional de obras públicas, uma vez que nós temos obras federais paradas em todo o país. É um caminho que geraria benefícios no que se refere à qualificação da infraestrutura brasileira, ao mesmo que movimentaria centenas empresas e

dezenas de milhares de empregos, gerando ativação também do setor de comércio e serviço”.

“O micro e pequeno empresarial do Brasil, os trabalhadores do Brasil estão com um problema grave e o governo, portanto, precisa agir mais. A minha avaliação é que o auxílio emergencial é muito bom, muito importante, porém não é suficiente”, disse.

“Nós precisamos de um pacto, diferente dessa desorganização que temos no Brasil, em todos os planos. É momento de nós procurarmos celebrar convergências para que o Brasil possa sair das trevas”

ELEIÇÕES

Durante a entrevista, Flávio Dino comentou os seus esforços para unir cada vez mais as forças políticas para enfrentar as eleições contra Jair Bolsonaro.

“Essa ideia de quebrar arestas, diminuir mágoas, diminuir contendas, é essencial. Eu tenho me dedicado a isso, pré-candidato ou não. Eu defendo isso: quanto mais união, melhor”.

POLÍTICA/ECONOMIA □ 3

Coordenador da maior pesquisa sobre coronavírus no Brasil diz que “se houvesse uma política pública de testagem massiva da população, com a devida identificação de contaminados e isolamento para barrar a transmissão, o saldo da Covid-19 certamente estaria longe das 100 mil mortes registradas esta semana”

Em entrevista ao Jornal Extra Classe, Pedro Hallal, o reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e coordenador da maior pesquisa sobre coronavírus no Brasil, afirmou, na quinta-feira (06), que “se houvesse uma política pública de testagem massiva da população, com a devida identificação de contaminados e isolamento para barrar a transmissão, o saldo da Covid-19 certamente estaria longe das 100 mil mortes registradas esta semana desde o primeiro óbito causado pela doença, no dia 12 de março”.

O Brasil é um dos países do mundo que menos fez testes diagnósticos (PCR) para identificar os infectados e, assim, poder fazer o rastreamento e a busca de casos. Até recentemente o Ministério da Saúde, com um ministro interino, não tinha garantido nem a chegada de testes aos estados e municípios na quantidade necessária por falta de prioridade e de reagentes. Quando mandou, o fez de forma incompleta.

Para o reitor, houve falta de prioridade do Poder Público na testagem para que pudesse ser feita a vigilância epidemiológica adequada. Não se trabalhou para interromper a transmissão do vírus na comunidade, principalmente nas populações que não puderam participar do isolamento social.

“Tivéssemos tratado o coronavírus com seriedade, não teríamos 100 mil mortes”, diz Pedro Hallal. “Tivéssemos ouvido os pesquisadores, poderíamos sair dessa com muito menos mortes do que tivemos, especialmente se tivéssemos adotado políticas de testagem em massa, rastreamento de contatos e distanciamento social mais rígido. É uma pena que tantos brasileiros e brasileiras tenham perdido a vida, e a eles e a elas fica aqui a minha homenagem”, acrescentou o reitor da UFPEL.

A frente da pesquisa de mapeamento do coronavírus no Brasil, a Epicovid-19 BR, que testou e entrevistou 89.397 pessoas em 133 cidades de todos os estados do país em suas três fases, o reitor da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel) alertou sobre os riscos de “se tratar a pandemia e o distanciamento social sem a devida seriedade que o tema merecia”.

“Não adiantou. O saldo de 3 milhões de contaminados e 100 mil mortos alcançados na primeira semana de agosto é só a parte mais visível de um problema mais amplo: a desigualdade social, que fez a doença contaminar e matar mais pobres do que ricos, e a negação da pandemia, que transformou o distanciamento em disputa ideológica”, observou Hallal.

Ele destacou ainda que “essa história de que a maioria dos contaminados não apresenta nenhum sintoma está errada. Pelo nosso estudo, apenas 9% da população que têm o vírus não tiveram sintoma algum da doença. E perto de dois terços tiveram perda de olfato e de paladar, que é um sintoma muito característico da Covid-19”.

“Ou seja, esse dado científico poderia ter servido para a Vigilância Sanitária selecionar pessoas que potencialmente poderiam ser testadas positivamente. Ter essa informação e isolar essas pessoas para evitar novas contaminações teria sido essencial. Infelizmente,

houve um erro na compreensão dessa doença que não foi corrigido a tempo de evitar tantas mortes”, assinalou o reitor da UFPEL.

Para Hallal, a radicalização dos discursos e o muro gigante que foi construído entre aqueles que pensam diferente de nós”, foi um grande problema nesta pandemia. “As pautas da cloroquina e do lockdown são exemplos de que, antes das evidências científicas, o que moveu a convicção e a crença das pessoas foi a opinião do “time” para o qual votaram na última eleição. E isso é péssimo para o país”, afirmou o professor, numa crítica ao comportamento negacionista de Bolsonaro.

“A palavra-chave é desigualdade. A contaminação, pelos dados apurados na pesquisa Epicovid-19 BR, tem uma taxa duas vezes maior entre os mais pobres do que entre os mais ricos”, observou o pesquisador.

“Isso que estamos falando de uma doença que chegou ao Brasil pela área internacional dos aeroportos, ou seja, justamente com os mais ricos. Mas se proliferou com mais velocidade e risco entre os pobres. Obviamente que essa população, mais vulnerável e menos capaz de levar adiante uma política de isolamento, é a mais atingida pela pandemia, especialmente pelo fracasso do Estado brasileiro em garantir a essas pessoas a possibilidade de ficarem em casa e se protegerem da contaminação”, acrescentou Hallal.

O professor disse que “o auxílio emergencial, aprovado depois de muita negociação, é muito baixo para as necessidades dessa população”. Para ele o auxílio foi muito “burocrático”. O que acabou acontecendo, segundo o pesquisador é que o governo obrigou as pessoas mais vulneráveis a “saírem de casa para buscar o sustento de suas famílias”.

Essa é, na opinião de Hallal, a comprovação do fracasso do governo federal em proteger a sua população.

“Acredito que teremos uma vacina no primeiro semestre do ano que vem. Obviamente, a imunização deve começar com os grupos de risco e com as populações mais vulneráveis. Mas não podemos subestimar, de forma alguma, o desafio logístico que será entregar a vacina a toda a população brasileira. Essa empreitada precisa começar a ser organizada desde já porque a vacina virá em breve. Mas não vejo movimento nesse sentido”, advertiu.

“Eu penso que a ciência sairá muito fortalecida dessa pandemia. Mesmo com a contínua redução dos investimentos no Brasil, na hora que a população mais precisou da ciência ela mostrou que está apta a dar as respostas necessárias. O combate à desinformação, agora materializada pelas fake news, deve ser contínuo, incansável”, observou. “Nesse item, o papel da mídia deve ser valorizado. A rápida disseminação de informações via redes sociais e novas tecnologias não deve somente ser aproveitada pelos mal intencionados, mas também pelos cientistas e pela mídia comprometida com a verdade e com a ética”, avaliou Hallal, em mais uma crítica ao negacionismo do governo e a guerra de desinformação patrocinada pela milícia bolsonarista.

SÉRGIO CRUZ

Congresso e STF decretam luto oficial em memória das 100 mil vítimas da Covid-19

O presidente do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), decretou luto oficial de quatro dias em solidariedade a todos os brasileiros afetados pela pandemia e às vítimas desta tragédia, que atingiu neste sábado (8) a triste marca de 100 mil mortos em decorrência da Covid-19.

“Hoje é um dos dias mais tristes da nossa história recente. O Brasil registra 100 mil vidas perdidas para a Covid-19. O Congresso Nacional decreta luto oficial de quatro dias em solidariedade às vítimas”, afirmou Davi Alcolumbre em suas redes sociais.

Nesse período, a Bandeira Nacional e a do Mercosul em frente ao Congresso permanecerão hasteadas em funeral, a meio-mastro. Câmara e Senado só retomam as sessões remotas na quarta-feira (12).

O hasteamento ocorreu no final da tarde deste sábado. Enquanto durar o luto, estão

proibidas celebrações, comemorações ou festividades.

Segundo o último balanço publicado pelo Ministério da Saúde, os casos recuperados já somam 2 milhões.

Supremo Tribunal Federal (STF) também decretou luto oficial de 3 dias em solidariedade às famílias e em memória das vítimas.

Já o governo Bolsonaro encontrou uma forma de comemorar que o Brasil “ocupa o primeiro lugar no mundo em número de pacientes recuperados”.

E uma piada de mal gosto. Como a doença mata cerca de 3% dos infectados, 97% se curam. O número alto de curados só revela o tamanho da calamidade que já contaminou mais de 3 milhões.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), lembrou que a “absurda marca de 100 mil mortos pela Covid-19” já havia sido prevista pelo ex-ministro [da Saúde, Luís Henrique] Mandetta.

Governo ignorou papel dos agentes de saúde no combate ao coronavírus

Artigo publicado na Revista Lancet, aponta a falta de um plano nacional para utilizar os mais de 286 mil agentes comunitários do país na luta contra a Covid

Em um artigo publicado na The Lancet - uma das principais revistas científicas do mundo -, pesquisadores brasileiros da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo (FAPESP), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), da Universidade de York e London School of Economics alertam para a negligência com que Bolsonaro tratou os agentes comunitários de saúde e o papel que eles podem desenvolver na pandemia da Covid-19.

Segundo a professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Gabriela Lotta, que integra o Centro de Estudos da Metrópole (CEM) - um Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPID) apoiado pela FAPESP e participou do estudo, “já em março, pesquisadores do Imperial College London apontaram o Brasil como forte candidato a dar uma boa resposta à pandemia. De acordo com eles, o enfrentamento com base nas ações, estrutura e na capilaridade dos agentes comunitários poderia servir de exemplo para outros países. Mas não foi o que aconteceu. Não houve um plano nacional e os agentes comunitários só passaram a ser considerados trabalhadores essenciais para o controle da doença agora em julho. Como nem sequer eram considerados profissionais de saúde, não receberam equipamento de proteção individual, para citar um exemplo”, afirmou.

O Brasil conta com mais de 286 mil agentes comunitários de saúde integrados ao programa nacional de atenção básica à saúde. Esses profissionais formam uma estrutura altamente capacitada, capaz de atender 75% da população, a parcela mais carente, que vem sendo mais impactada pela pandemia de Covid-19.

“Esse profissional existe em vários países do mundo, mas a aposta dos pesquisadores ingleses no Brasil se dava pelo fato de termos sido um dos primeiros a adotar os agentes comunitários de saúde como parte integrante de uma equipe dentro de uma unidade básica de saúde, que faz parte da política pública nacional do Sistema Único de Saúde. Na maioria dos países eles são profissionais desconectados do sistema de saúde, ligados a organizações da sociedade civil, por exemplo”, afirmou a professora em entrevista à Agência FAPESP.

Para Gabriela, a diferença estrutural com que a atenção básica a saúde funciona no Brasil, facilita a ação dos agentes comunitários durante a pandemia em território nacional. “Desde que eles tivessem equipamento de proteção disponível, treinamento, decisão governamental, suporte e reconhecimento da sua importância”, afirmou a professora.

Entre as funções que podem ser exercidas pelos agentes comunitários durante a pandemia, a pesquisadora destaca funções essenciais como o rastreamento de contato de pessoas infectadas, a disseminação da informação, atuação no combate às fake news e controle do isolamento de casos confirmados.

“Parte do trabalho deles já era entrar em contato com a população para monitorar a necessidade de atendimento de saúde. Alguns pouquíssimos municípios brasileiros e os vários países que tiveram rastreamento o fizeram por meio de agentes comunitários de saúde”, diz.

“Eles já têm um trabalho de educação em saúde, são moradores das comunidades onde atuam e têm certa legitimidade com a população. Portanto, levar informação sobre medidas de higiene, uso de máscara e como fazer o isolamento teria, inclusive, efeito no combate às fake news. Alguns poucos municípios usaram carros de som com agentes comunitários informando a população sobre a necessidade desses cuidados”, explica Gabriela.

Para Gabriela, esses traba-

lhadores podem monitorar, por teletendimento, doentes em isolamento residencial, desde que a prefeitura oferecesse termômetros e oxímetros, auxiliando assim na avaliação sobre a necessidade e o momento ideal para hospitalizá-los.

Os agentes também podem atuar nas barreiras sanitárias estabelecidas na entrada das cidades, aponta a pesquisadora. “Principalmente em municípios turísticos, a epidemia foi levada por visitantes que estavam infectados e não apresentavam sintomas. Alguns municípios fizeram experiências interessantes que poderiam ser disseminadas ao colocar os agentes comunitários para medir a temperatura das pessoas na entrada das cidades e também informar a esses visitantes sobre a pandemia. Para isso, claro, eles teriam que receber os equipamentos de proteção e apoio da prefeitura. Certamente essas medidas aparentemente simples - já que temos a estrutura - e tão essenciais teriam impacto positivo na contenção do espalhamento do vírus”, explicou.

A pesquisadora ainda aponta que a falta de coordenação nacional na atuação contra a Covid-19 mostra o subaproveitamento, nos municípios, dos agentes comunitários. Isso porque, embora eles atuem junto ao poder municipal, toda a determinação sobre recursos e funcionalidades ligadas aos agentes comunitários de saúde pertencem ao governo federal.

“Existe uma desigualdade enorme entre os municípios brasileiros e aqueles que não têm recursos para decidir sozinho que estratégias devem executar ficam de mãos atadas. Pois o plano é nacional e parte relevante do repasse de recursos para os agentes comunitários é federal também. Cabe ao município executar. Claro que, se uma cidade tiver recursos, ela pode usá-los, mas as normativas principais são do governo federal. E ele que define se os agentes comunitários são profissionais de saúde ou não, e se é preciso pagar adicional de insalubridade. Isso tudo é decisão nacional”, explicou.

Durante os quatro primeiros meses de pandemia, os agentes comunitários de saúde não receberam treinamento nem equipamentos de proteção individual. Somente com a lei 14.023/2020, sancionada em 21 de julho, o trabalho dos agentes comunitários de saúde passou a ser considerado essencial durante a pandemia.

“Como não houve um plano nacional e eles nem sequer eram considerados profissionais de saúde, apenas 9% receberam treinamento para controle de infecções e equipamentos de proteção individual (EPIs). Os sindicatos estimam cerca de 100 agentes mortos por COVID-19. Mas é possível que esse número seja, pelo menos, três vezes maior”, denuncia Lotta.

Segundo o Conselho Federal de Enfermagem, o Brasil está em primeiro lugar no ranking mundial de mortes de profissionais da enfermagem por Covid-19. “Embora tardia, a lei é bem-vinda e a expectativa é boa caso ela venha a ser implementada. Pelo menos agora os agentes comunitários têm um instrumento legal definindo que eles só podem trabalhar caso haja equipamento de proteção. Antes disso, eles não tinham sequer como exigir proteção. Estavam muito vulneráveis”, afirmou a professora.

A lei, por si só, não resolve a questão dos agentes comunitários, nem a sua inserção no combate à pandemia, “embora contribua muito, não necessariamente vai virar uma política melhor”. Gabriela destaca a necessidade do governo federal tomar a frente. “O município sozinho, mesmo com a lei aprovada, não tem como priorizar os agentes comunitários no combate à pandemia sem a definição de um plano estratégico e a destinação de recursos”.



Agentes de saúde “formam uma estrutura altamente capacitada, capaz de atender 75% da população, a parcela mais carente”, aponta o artigo

Manifestantes condenam o descaso de Bolsonaro com as 100 mil vidas perdidas

Jair Bolsonaro desencadeou nesta semana uma disputa, bem ao seu estilo, entre a vacina da multinacional Astra Zeneca, que o Brasil vai comprar a US\$ 2 cada dose, e a vacina desenvolvida pelo Instituto Butantan em parceria com a empresa chinesa Sinovac Life Science, que será fabricada no Brasil sem custos adicionais.

No caso da vacina da Astra Zeneca, além dos US\$ 140 milhões já gastos, o Brasil terá que desembolsar mais R\$ 1,3 bilhão para adquirir a licença de patente da multinacional inglesa para produzir a vacina no país.

Ao defender a vacina inglesa, Bolsonaro disse, em live divulgada na quinta-feira (30), que a vacina chegaria logo ao Brasil e garantiu que ela “será um sucesso”. Logo em seguida, ele fez questão de dizer que “não é aquela outra, daquele país”, numa referência à da China, país que é parceiro do Brasil, tanto na vacina, quanto no comércio em geral.

Imediatamente a milícia bolsonarista das redes sociais disparou milhares de fake news e ataques contra a vacina Butantan/Sinovac. O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), criticou as postagens em redes sociais de que a vacina desenvolvida em parceria com a China pode causar a morte de pes-



Faixa no Viaduto Santa Ifigênia, em São Paulo

soas. Em entrevista coletiva, ele definiu as afirmações como “vergonhosas” e responsabilizou grupos de “extremistas de direita” pelos boatos.

“É uma posição vergonhosa de alguns extremistas de direita fazendo afirmações dessa natureza. Além de não contribuírem em nada, além de propagarem negacionismo, aglomerações, não usarem máscaras, não fazerem isolamento social, estimularem o consumo de cloroquina, ainda agora acusando a vacina”, disse Doria.

Doria ainda afirmou que as publicações feitas nas redes sociais assustam a população. “É uma vergonha para o Brasil termos um grupo de extremistas propagando esse tipo de informação nas redes sociais,

assustando principalmente a população mais vulnerável, mais simples”, comentou.

Diferente de outras, a CoronaVac usa um método tradicional e bastante conhecido de fabricação de vacinas, que é o método que usa o vírus atenuado, cultivado em células de macaco. A falange bolsonarista, que costuma ser contra qualquer tipo de vacina e que não aceita a existência nem da pandemia do coronavírus, está espalhando versões fantasiosas de que teriam sido usados embriões humanos.

A vacina já passou por todas as fases de avaliação de segurança e foi aprovada em todas elas. As primeiras avaliações são de que sua eficácia, assim como a vacina

Pedro Casaldáliga, o Bispo do Povo, falece aos 92 anos

Um dos líderes mais influentes da Igreja Católica no Brasil e na América Latina das últimas décadas, dom Pedro Casaldáliga, incansável na luta em defesa da reforma agrária, contra o latifúndio, morreu às 9h40 deste sábado (8), aos 92 anos, na Santa Casa de Bataíais, no interior de São Paulo.

O bispo emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT) estava com infecção no pulmão e insuficiência respiratória agravada pelo Parkinson, doença que o acometia há mais de 10 anos.

Testes foram realizados e não acusaram a presença do novo coronavírus. O anúncio da morte foi feito em comunicado conjunto pela Prelazia de São Félix do Araguaia (MT), a Congregação dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria (Claretianos) e a Ordem de Santo Agostinho (Agostinianos).

Natural de Balsanery, província de Barcelona, na Espanha, Casaldáliga viveu mais de meio século no Brasil e participou, ao lado de outros bispos progressistas, da criação do Conselho Missionário Indigenista (Cimi) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O bispo veio para o Brasil em 1968. Ele dedicou a vida para servir os mais pobres e injustiçados, foi em São Félix do Araguaia, então um povoado de 600 habitantes no interior de Mato Grosso que Casaldáliga fez história.

As condições miseráveis da população, na maioria retirantes do Nordeste, e os abusos cometidos por latifundiários acobertados pela ditadura militar, mobilizou o bispo que era admirador de grandes revolucionários, como Che Guevara, para apoiar a resistência do povo contra os grandes fazendeiros.

Em 1970, “Escravidão e Feudalismo no norte de Mato Grosso”, uma importante de-



Lucas Chen (UMES), o secretário Rossieli Soares,

núncia que o tornou conhecido no Brasil e no exterior como um lutador contra as injustiças sociais. Ele passou a ser perseguido pela ditadura.

Em 1971, o papa Paulo 6º nomeou Casaldáliga bispo da prelazia de São Félix. Na cerimônia, ele substituiu os artigos religiosos por um chapéu de palha e o anel de tucum (palmeira amazônica), presente que ganhou dos índios tapirapés que logo símbolo da Teologia da Libertação, corrente católica influenciada pelo marxismo.

O texto mais conhecido foi publicado em 1971, “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o Latifúndio e a marginalização social”, nele o bispo chamou de “absurdas” as dimensões dos latifúndios e os listou um a um. “A injustiça tem um nome nesta terra: latifúndio. E o único nome certo do desenvolvimento aqui é a reforma agrária”, escreveu.

O posicionamento político de Casaldáliga o levou a sofrer diversas tentativas de assassinato.

O pior deles foi em outubro de 1976, no povoado de Ribeirão Bonito, hoje a cidade de Ribeirãoascalheira (MT). O bispo e o padre jesuíta João Bosco Penido Burnier foram até a delegacia tentar resgatar

duas mulheres que estavam sendo torturadas. Na discussão com policiais, o companheiro de Casaldáliga com um tiro à queima-roupa na nuca.

O bispo foi um ferrenho opositor à ditadura militar. Com medo de ter a entrada ao país negada, só viajou ao exterior após a redemocratização. Para sua terra natal, ele nunca mais voltou.

Em nota, o arcebispo metropolitano de Belo Horizonte e presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Walmor Oliveira de Azevedo, lamentou a perda: “Dom Pedro Casaldáliga pregou o Evangelho em cada atitude. Transmitiu as lições de Jesus com o seu jeito de ser. A coragem que marcou a sua vida e o fez sempre estar, incondicionalmente, ao lado dos pobres é própria de quem cultiva no coração uma fé sólida, inabalável”.

Dom Walmor disse ainda que pede em orações “que o seu exemplo possa inspirar cada vez mais atitudes corajosas, sobretudo neste grave momento da nossa história, quando os povos tradicionais estão especialmente ameaçados - além dos já conhecidos interesses econômicos, sofrem com a atual pandemia”.



Governador durante entrevista coletiva sobre a crise no estado

Doria: “Bolsonaro está sendo um fracasso”

“Na pandemia, eu tenho que dizer e afirmar: o presidente está sendo um fracasso”, declarou o governador de São Paulo, João Doria, em entrevista coletiva na última sexta-feira (07/08).

“Cem mil brasileiros perderam suas vidas até agora. Não era uma gripezinha, não era um resfriadozinho. Não era com a cloroquina que poderíamos ter salvado 100 mil vidas que se foram”, afirmou Doria.

O governador fora indagado sobre a declaração de Bolsonaro, na noite do dia anterior, de que os Estados - e os médicos - estavam falsificando o número de mortos pela COVID-19, incluindo “mortes suspeitas” como se fossem mortes pela epidemia.

“Tem chegado ao conhecimento da gente”, declarou Bolsonaro. “Não vou dizer que são fontes confiáveis, mas chegam essas informações, de que se poupa uma autópsia”.

Tendo ao lado o ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello, Bolsonaro afirmou que o índice de que haveria aumento falso do número de mortos por COVID-19, é que esses números mostrariam “menos pessoas morrendo de determinadas doenças”.

O Brasil atingiu, na sexta-feira, 99 mil e 700 mortos pela pandemia. E, como disse um epidemiologista, nada há que indique que mais 50 mil não morram nas próximas semanas, apesar dos esforços dos governadores, prefeitos e outras autoridades, sempre contra a política - aliás, a sabotagem - do governo Bolsonaro.

Porém, Bolsonaro, de maneira covarde (“não vou dizer que são fontes confiáveis”), diz que o problema - causado, sobretudo, por ele mesmo - é que governadores e médicos estão aumentando o número de mortos.

“São Paulo não manuseia números”, respondeu o governador João Doria, “e eu tenho a convicção também que outros Estados brasileiros não fazem, através das suas secretarias de saúde, nenhum tipo de manuseio dos números”.

“O presidente tem uma suposição equivocada. Dolosa e nociva, também. Eu gostaria de convidar o presidente Jair Bolsonaro a visitar um hospital de campanha, coisa que ele não fez até agora e que ele tivesse uma postura melhor em relação ao tema do coronavírus. Não fosse negativista e fosse uma pessoa que liderasse o País no combate à pandemia. Ai, sim, ele estaria fazendo jus à sua condição de presidente da República”, disse Doria.

“Na pandemia, eu tenho que dizer e afirmar: o presidente está sendo um fracasso. Tomara que ele se recupere, tomara que ele compreenda que aquilo que já o afetou como vítima do coronavírus que foi, a sua esposa e outros oito ministros, possam servir de exemplo a ele para ter uma conduta menos partidária, menos politizada e menos antagonista. Que ele seja de fato um líder que até agora não foi”.

C.L.

Anitta denuncia nova tentativa de ataque aos direitos autorais

Anitta criticou a iniciativa de deputados por desenterrarem mais um projeto de lei contra o direito autoral de 1997. A cantora, que conseguiu barrar uma emenda sobre o tema em uma Medida Provisória em maio, voltou a mobilizar seus seguidores na internet contra o novo ataque à classe artística.

Anitta compartilhou, em sua conta no Instagram, na quarta-feira (5), um vídeo do deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL) anunciando a votação, na próxima sessão da Câmara, do Projeto de Lei 3968 de 1997, de autoria do ex-deputado Serafim Venzon, que isenta os órgãos públicos e as entidades filantrópicas do pagamento de direitos autorais pelo uso de obras musicais e litero-musicais em eventos por eles promovidos.

No vídeo, Bulhões informa o andamento da votação do requerimento de urgência para a votação do projeto.

“Conseguimos com nossa força tirar o assunto de pauta no início da pandemia. Pensaram que tivéssemos dormido e começaram novamente. Estamos atentos e vamos cobrar. Vocês dependem do nosso voto nas próximas eleições. Estamos de olho”, publicou a cantora.

“Não é só sobre mim... dezenas de famílias vivem dessa forma de sustento. Nossos políticos não podem continuar fazendo manobras de próprio interesse que desvalorizam os artistas (famosos ou não) do nosso País”, afirmou Anitta.

A cantora apontou na rede social, pela função stories, que “parece que pensaram, ‘vamos deixar o povo esquecer, dar uma respirada e esperar o melhor momento’”, escreveu Anitta.

Ela afirmou que irá procurar diálogo com deputados que defendem a proposta.

Essa não é a primeira vez que Anitta entra no debate político para defender a classe artística. Em maio, a cantora mobilizou contra uma emenda da MP 948 e após fazer uma live com o deputado Felipe Carreras (PSB-PE) conseguiu que ele pedisse ao presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia (DEM-RJ) a retirada do texto da medida provisória.

Essa emenda isentava a cobrança de direitos autorais sobre canções de pessoas físicas ou jurídicas, fazendo com que apenas o intérprete arcasse com essa despesa.

Reprodução



CGTB reúne economistas e debate o papel do Estado na retomada do crescimento

A Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) convidou os economistas Luiz Gonzaga Belluzzo e Nilson Araújo de Souza para debater “O Papel do Estado Durante e Pós Pandemia”.

No debate, realizado em uma videoconferência na última sexta-feira (31/7), o presidente da CGTB, Ubiraci Dantas de Oliveira, criticou o governo Bolsonaro por fazer pouco para proteger o emprego e as empresas na pandemia e defendeu o investimento público como caminho para a retomada econômica.

“O Brasil vive uma situação muito grave”. “Durante a pandemia uma série de empresas está fechando, aumentando o desemprego no País”, disse o líder sindical, denunciando que o governo Bolsonaro injetou mais de R\$ 1 trilhão nos bancos e esses liberaram o crédito a conta-gotas às micro e pequenas empresas.

O economista Luiz Gonzaga Belluzzo, professor titular da Unicamp, disse que a política econômica do governo Bolsonaro está na contramão do resto do mundo. “Toda essa visão neoliberal, visão chicaguiana, de que é preciso afastar o Estado, está em completa falta de sintonia com o os avanços que foram realizados na China e as observações que estão sendo feitas pelos governos europeus hoje”. “O pacote enorme de financiamento e de doações que estão sendo feitas, sob o patrocínio da União Europeia e do Banco Central Europeu, é uma tentativa de reerguer a Europa sob novas bases, abandonando todo o receituário neoliberal”.

“Isso está acontecendo também nos Estados Unidos”. “Nós estamos observando uma espécie de movimento em direção a um renovado ‘New Deal’. Isso está forjado e amparado no movimento social importante, que é o movimento antirracista, antifascista, que na verdade está propondo que a economia americana retorne aos seus melhores momentos”. “A Inglaterra, [o primeiro-ministro inglês] Boris Johnson, que é um político conservador, proclamou recentemente que era preciso voltar ao investimento público em infraestrutura para recuperar a economia inglesa”, lembrou Belluzzo.

Belluzzo também disse que a combinação de um “governo completamente inepto, incapaz, que não governa”, com “uma política econômica comandada por ideias que são do século 15”, faz com que o Brasil não avance no que é preciso para a retomada econômica pós-pandemia. “O liberalismo do Paulo Guedes é completamente descolado das condições reais em que está funcionando a economia internacional e, sobretudo, completamente hostil ao que vai se colocar depois da saída da pandemia”.

CATÁSTROFE HUMANA

O professor Nilson Araújo de Souza destacou que “estamos vivendo neste momento uma verdadeira catástrofe humanitária”. Nilson lembrou no território brasileiro a Covid-19 já ceifou a vida de mais de 90 mil pessoas e caminha para atingir mais de 100 mil. No campo econômico, o professor destacou que a economia brasileira já estava mal antes da pandemia.

“No ano de 2019, o investimento direto da União caiu 59% e o investimento das estatais caiu 31%”. “A taxa de formação bruta de capital fixo (FBCF) no ano passado foi 15%, a menor taxa em 50 anos, e basicamente puxada pela queda do investimento público. Então, já estava nessa situação a economia, com investimento público caindo, com a economia em recessão, quando fomos atingidos pela pandemia”. “Os primeiros dados, do primeiro mês inteiro depois da pandemia, que é o mês de abril, são simplesmente catastróficos. A produção industrial caiu 18,8%, as vendas do varejo caíram 16,8% e a arrecadação federal caiu 28,9%”, destacou Nilson Araújo.

O economista frisou que a situação começou a melhorar um pouquinho por conta da ação do Congresso Nacional, que criou e aprovou medidas de estímulos econômicos para enfrentar a crise. “Na verdade, foi injetado durante esse período de pandemia R\$ 210 bilhões pelos vários programas emergenciais”. “Desses R\$ 210 bilhões, R\$ 120 bilhões foram para o auxílio emergencial, que não foi o governo que fez, o governo executou”. “O governo propôs ao Congresso uma renda emergencial de apenas R\$ 200. Essa foi a proposta do governo original e foi o Congresso que aumentou para R\$ 600”. “Então o Congresso e a mobilização social levaram aos R\$600 que, consequentemente, injetou mais dinheiro na economia”.

Para o economista, a equipe econômica do Bolsonaro errou ao optar pelo aumento do endividamento público para financiar os programas emergenciais. “O governo tinha duas maneiras de financiar, uma pela emissão monetária, emitindo moeda. Pode sim ser emitido moeda, o artigo 164 da Constituição, no parágrafo 1º, aparentemente veda a possibilidade do Banco Central de emitir moeda para comprar títulos do Tesouro Nacional, mas o parágrafo 2º permite”. “Qualquer governo sério interpretando o §2º do artigo 164 da Constituição colocaria o Banco Central para comprar títulos do Tesouro e, consequentemente, o Tesouro faria os investimentos e os gastos necessários”.

“O governo buscou o caminho errado”, o caminho do endividamento ao invés de buscar o caminho da emissão monetária. E, por ele ter buscado o caminho errado, agora ele usa o endividamento como desculpa para adotar medidas, segundo ele, para enfrentar o crescimento da dívida, para adotar medidas que vão aprofundar o País na recessão”. “O que o Guedes está ameaçando fazer? De um lado ele quer aumentar os impostos, recriar a CPMF, e por outro lado, ele quer cortar gastos basicamente cortando o investimento público e cortando os salários dos servidores”. “Qual a consequência disto? Já conhecemos isto, tirar dinheiro de circulação significa concretamente apertar a economia”, denunciou Nilson Araújo.

Também participaram do debate o economista e presidente da CGTB do Distrito Federal, Fláudio Antunes, e o presidente do Sindicato dos Servidores de Nível Superior do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, Antônio Augusto Medeiros.

Justiça anula 747 demissões da Renault e determina reintegração

Simec



Metalúrgicos decidiram manter a greve até empresa voltar a negociar

Governo pagou apenas 36% dos recursos para trabalhadores com salários reduzidos

Apenas 36% dos recursos do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda foram pagos até o dia 17 de julho, conforme dados da auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o benefício.

No total foram destinados ao programa R\$ 51,6 bilhões e, três meses após a criação, foram pagos R\$ 18,6 bilhões do recurso previsto.

O programa foi criado em abril para amenizar os efeitos da crise econômica provocada pela pandemia do coronavírus e garantir uma parte da renda de trabalhadores que tiveram contratos suspensos ou jornadas de trabalho e salários reduzidos.

Inicialmente, o programa tinha prazo máximo de três meses. Em julho um decreto presidencial estendeu o benefício para mais um mês. No entanto, o recurso ainda não chegou aos trabalhadores afetados pela pandemia.

Segundo o TCU, até agora, foram 12,4 milhões de beneficiados. Desses, metade (6,7 milhões) apenas na região sudeste, sendo 4,1 milhões no estado de São Paulo.

Desde o início do programa, empresas e empregados vêm relatando dificuldades de garantir a efetivação da complementação salarial ao trabalhador. Falhas no sistema, exigência de conta bancária, e até erros nos cadastros do governo foram barreiras para o recebimento do benefício.

Em junho, o governo admitiu “erro” na liberação dos valores porque no cadastro do governo os funcionários constavam como “servidores públicos”. O Ministério da Economia, em nota, disse que o problema seria solucionado com a atualização da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e que outra versão do sistema permitiria que os trabalhadores entrem com recurso. No entanto, não foi

informado prazo para essa implementação.

“A Strab [Secretaria de Trabalho] e a Dataprev [empresa de tecnologia de informações] não conseguiram ainda implementar o módulo de recursos, provocando represamento dos casos de solicitações indeferidas, sem que os solicitantes possam fazer nada para reverter a situação”, constatou o TCU.

Trabalhadores intermitentes, sem jornada ou salário fixo também estão entre os lesados pela demora no processamento dos dados, informou a própria Dataprev.

Por conta dos problemas nos cadastros, empresas também não conseguem cadastrar seus funcionários. As empresas recebem sucessivas notificações de que os empregados não tinham vínculo ou que o vínculo é divergente, mesmo que os registros tenham sido feitos corretamente.

MS.GOV



Contaminação por coronavírus atingiu 20% dos funcionários de frigoríficos, alerta CNTA

A Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA) denunciou que há um número alarmante de infectados entre os trabalhadores de frigoríficos. Segundo a entidade, cerca de 20% da categoria já contraiu o vírus, o que daria aproximadamente 100 mil pessoas em todo o país.

Com ambientes fechados e muita gente trabalhando no mesmo espaço, os frigoríficos possuem as condições ideais para a proliferação do novo coronavírus.

O setor possui aproximadamente 500 mil trabalhadores e tem encontrado resistência para conseguir garantir um maior distanciamento na linha de produção nas fábricas. Segundo os sindicalistas, a resposta do governo federal e das empresas ao cumprimento das exigências de segurança para os funcionários não foram suficientes e em muitos casos contribuíam para surtos no setor.

A JBS, por exemplo, maior empresa do ramo se recusa a negociar com o movimento sindical para garantir condições mais adequadas de trabalho, colocando em risco a vida de seus funcionários.

O presidente da CNTA, Arthur Camargo, afirma que “há casos em que metade ou

quase metade dos empregados pegaram Covid-19. Em uma planta da JBS em Passo Fundo [RS], testaram 400 empregados e 180 tinham Covid. É um enorme problema”. Ele afirma que tem insistido em negociar com governo e empresas, mas que a resistência é grande.

No final de junho, uma decisão proferida pelo juiz do Trabalho Rodrigo da Costa Clazer suspendeu as atividades da Avenorte Avícola, na cidade de Cianorte, no interior do Paraná. No abatedouro, segundo o Ministério Público do Trabalho (MPT) entre os dias 19 de maio e 9 de junho, 193 trabalhadores testaram positivo para o coronavírus. Naquele momento, o número de contaminados na empresa era maior que o do próprio município.

“Se o número de contaminados está aumentando vertiginosamente somente entre os empregados da empresa, é porque o ambiente laboral está contribuindo decisivamente para a eclosão da doença. Por isso, ao que tudo indica, a doença se proliferou na empresa, causando um surto de COVID-19, de tal modo que, frise-se, não determinar a suspensão de todas as atividades é colocar em jogo, com risco real, o direito à saúde e vida de todos os empregados e ter-

ceirizados, que soma mais de 3.000 pessoas”, destaca em um trecho da decisão.

A China, maior parceiro comercial do Brasil, chegou a suspender as importações de carnes de alguns frigoríficos do país. Um problema com repercussões na economia que podem ser profundas. Em uma tentativa de responder às reclamações do setor, o governo publicou em junho uma portaria com medidas de segurança nas fábricas do setor.

“Não resolveu em nada. O que tivemos de um pouco mais efetivo foi um TAC [Termo de Ajustamento de Conduta] que o Ministério Público do Trabalho propôs e que a BRF [segunda maior do setor] e outras empresas aceitaram. Mas, a JBS não quer TAC, não dialoga conosco nem com o MP. Enfim, está focada em seu lucro”, denuncia Arthur.

Segundo Camargo, a principal medida que a categoria demanda é mais distanciamento nas fábricas. “Pedimos que seja de dois metros, para que, quando se movimentar, cada trabalhador consiga guardar pelo menos um metro e meio do colega. A portaria do governo sugere só um metro, e nem é uma exigência. Só os equipamentos de proteção individual não resolvem”, defende.

Justiça do Trabalho anulou as demissões em massa sem negociação na montadora

A fábrica da Renault de São José dos Pinhais, no Paraná, terá que readmitir os 747 trabalhadores que foram demitidos no último dia 21 de julho, uma boa parte com problemas de saúde como Covid-19, isolamento obrigatório e doenças ocupacionais e comuns.

A decisão foi emitida pela Justiça do Trabalho da 9ª Região, na noite de quarta-feira (5), após dar ganho de causa à ação impetrada pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba. Se não cumprir a decisão, a empresa terá que pagar multa diária de R\$ 100 mil.

A decisão é uma vitória dos cerca de 7.300 trabalhadores, que permaneceram em greve por quinze dias, até que as demissões fossem anuladas.

A juíza Sandra Mara de Oliveira Dias, que deu a sentença, entendeu que a Renault descumpriu um acordo firmado com o Ministério Público do Trabalho (MPT) de negociar as demissões em massa com o sindicato e ainda ressaltou a gravidade das demissões terem acontecido em plena pandemia, deixando os trabalhadores “desempregados, sem renda e estando impossibilitado de procurar nova colocação no mercado de

trabalho, em decorrência das medidas de distanciamento social”.

“Qualquer dispensa coletiva sem negociação prévia viola garantias constitucionais além de configurar ato antissindical, pois subtrai do sindicato a prerrogativa de servir como defensor dos direitos e interesses da categoria representada, conforme garantido pelo art. 8º, inciso III, da CF/88”, diz a decisão.

Para o presidente do sindicato, Sérgio Butka, “essa é uma vitória dos trabalhadores que, mesmo com todo o tipo de retaliação por parte da empresa, foram corajosos e mantiveram a união para suportar todos esses dias até conseguirem a reintegração”.

Sérgio ressaltou que “durante todo esse tempo, o sindicato sempre esteve disposto e reivindicou o bom senso por parte da empresa para que aceitasse sentar para negociar e achar uma solução razoável tanto para os trabalhadores como para a empresa”, mas que, “infelizmente, a Renault preferiu radicalizar”, diz.

Segundo ele, “além da luta em porta de fábrica”, não restava outra alternativa que não a Justiça, que “nos deu razão e determinou que a era de radicalizar acabou”.

Foto: Prefeitura de Caxias



Bolsonaro vetou projeto que indeniza vítimas que ficaram incapacitados ou que foram a óbito

Conselho de Enfermagem de SP repudia veto do PL que indeniza profissionais vítimas da Covid-19

O Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo (Coren-SP) divulgou uma carta aberta, nesta terça-feira (04), contra o veto de Bolsonaro ao Projeto de Lei 1826/2020 que estabelece uma indenização aos profissionais da saúde que se infectaram com o coronavírus e ficaram permanentemente incapacitados ou em caso de óbito.

O projeto foi aprovado pela Câmara no dia 14 de julho, após modificações feitas pelo Senado, e prevê uma indenização de R\$ 50 mil. Com o veto presidencial, na terça-feira (04), o PL volta ao Congresso Nacional e pode ainda ser derrubado.

De acordo com o documento do Conselho, “a decisão vai na contramão da tão necessária valorização dos profissionais de enfermagem. Vetar o projeto de lei que reconhece o esforço e a dedicação dos profissionais é um ataque não só aos mais de 2 milhões de profissionais de enfermagem do país (um quarto deles só no estado de São Paulo), mas sim à saúde brasileira”, diz a carta.

De acordo com o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), até o dia 5 de agosto de 2020, havia 32.142 casos de

profissionais da enfermagem contaminados no país, e o número de mortes chegou a 334. “Ou seja, é mais do que evidente que além de combatente, a enfermagem também é vítima da pandemia.”, diz o Coren-SP.

O Conselho regional paulista ressaltou que “os profissionais de enfermagem se desdobram, muitas vezes, em mais de um emprego para poderem contar com as condições financeiras básicas para seu sustento – só no estado de São Paulo, são mais de 60.000 pessoas com mais de uma inscrição ativa. Além disso, é importante ressaltar que 86% da enfermagem paulista é feminina, o que remete a mais uma jornada de trabalho doméstico. Profissionais de enfermagem que contam com tantas preocupações estão sujeitos a uma sobrecarga emocional que afeta sua saúde mental e que pode comprometer a segurança e a qualidade da assistência prestada à população”.

A entidade pede apoio dos parlamentares para que seja derrubado o veto “de maneira a reconhecer e a valorizar não só o trabalho árduo da enfermagem, mas também a vida de mais de 2 milhões de trabalhadores brasileiros”.

Vacina de Oxford será, na verdade, produzida na China

A empresa farmacêutica britânica AstraZeneca divulgou na quinta-feira (6), que acertou com a Shenzhen Kangtai Biological Products, da China, a produção de sua vacina contra a Covid-19, feita em parceria com a Universidade de Oxford (Reino Unido), no país asiático.

O acordo determina que a Shenzhen Kangtai, uma das maiores produtoras chinesas de vacinas, até o fim do ano colocará sua capacidade de produção anual em um patamar de 100 milhões de doses da vacina da AstraZeneca.

A empresa chinesa assinalou em comunicado, que o acordo determina ainda a ampliação do volume de produção para 200 milhões até dezembro de 2021. O governo chinês declarou que trabalha para avançar no planejamento de imunização contra o Covid-19, e anunciou que fechou acordos similares com outras companhias como a alemã BioNTech e a americana Inovio Pharma.

Para a China, trata-se de mais um acordo para assegurar o acesso à vacina de Covid-19 desenvolvida por uma empresa estrangeira, enquanto outras potenciais candidatas do país também entram nos estágios finais de testes em seres humanos.

Antes dessa notícia, ao destacar a vacina de Oxford, Bolsonaro fez questão de dizer em live da quinta-feira, 30 de junho, que a inglesa “não é aquela outra, daquele país”, numa referência depreciativa à China.

A China é sede do laboratório Sinovac que tem contrato com o governo de São Paulo para a produção da vacina CoronaVac em parceria com o Instituto Butantan e já deu início aos testes.



Sergei Grits - AP

Alexander Lukashenko ao votar em Minsk
Bielorrússia: presidente Lukashenko é reeleito com 80,23% dos votos

Alexander Lukashenko, atual presidente da Bielorrússia, venceu as eleições presidenciais realizadas no domingo(9), obtendo 80,23% dos votos, declarou a Comissão Eleitoral Central, CEC.

“Para Alexander Grigorievich Lukashenko, votaram 4.652.000 pessoas ou 80,23%”, anunciou a presidente do CEC, Lidia Yermoshina, em entrevista coletiva, segundo a agência oficial russa RIA Novosti de Minsk. A CEC informa que a participação foi de 84,23% dos eleitores, estimados em pouco mais de 6,8 milhões de cidadãos.

Ainda antes do fechamento dos locais de votação, a oposição convocou passeatas contra supostas fraudes eleitorais para o domingo, várias das quais derivaram em confrontos.

De acordo com a missão de observação da pós-soviética Comunidade de Estados Independentes (CEI), convidada pelas autoridades bielorrussas, as eleições presidenciais foram realizadas “de forma organizada e de acordo com a lei bielorrussa”. “As manifestações foram claramente uma provocação e não questionam a veracidade dos resultados”, disse o senador russo Oleg Melnichenko, coordenador do grupo de observadores da Assembleia Interparlamentar da CEI, à RIA Novosti.

A candidata opositora Svetlana Tikhonovskaya, obteve 9,9%, e a opção “Contra todos os candidatos”, contemplada pela legislação eleitoral bielorrussa, obteve 6,02%, sendo que

os outros três candidatos em concurso dividiram o 4,8% restantes.

O presidente bielorrusso, falando em coletiva de imprensa sobre os protestos ocorridos em várias cidades do país, lamentou que “a situação foi muito perigosa para as pessoas, para aquelas que foram empurradas às ruas”.

Assinalou ainda que não será permitida a violência no país e que algumas forças “tentam controlar o processo desde o estrangeiro”, acrescentando que se referia a agentes na República Checa, Polónia, Ucrânia e Rússia.

O presidente chinês, Xi Jinping, enviou, nesta segunda-feira, uma mensagem de parabéns a Lukashenko por sua reeleição.

Xi disse que está pronto para trabalhar com o presidente bielorrusso para impulsionar conjuntamente a parceria estratégica China-Bielorrússia.

“Conto que a sua ação à frente do Estado vai permitir o desenvolvimento futuro das relações entre a Rússia e a Bielorrússia – vantajoso para as duas partes”, escreveu Vladimir Putin num telegrama enviado para Minsk.

Já a posição do governo alemão foi no sentido contrário. O porta-voz Stefan Seibert afirmou que as eleições não cumpriram com os padrões democráticos mínimos e lamentou que as autoridades bielorrussas não aceitassem a solicitação da União Europeia de permitir observadores da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).

Premiê do Líbano renuncia após explosão e dois dias de protestos



Foto extraída de vídeo

A explosão devastou o porto de Beirute e atingiu os bairros vizinhos

Papa chama comunidade internacional a promover ajuda solidária ao Líbano

“Em Beirute, na área portuária, fortes explosões causaram dezenas de mortos e milhares de feridos, além de muitas destruições graves. Rezem os pelas vítimas e suas famílias; e rezemos pelo Líbano, para que, com o compromisso de todos os seus componentes sociais, políticos e religiosos, possa enfrentar este momento trágico e doloroso e, com a ajuda da Comunidade internacional, superar a grave crise que está atravessando”, foi o apelo do papa Francisco após sua Audiência Geral, na quarta-feira, dia 5.

O Líbano, que já atravessava uma grave crise econômica e teve a situação deteriorada com a pandemia, precisa de apoio mundial agora. A declaração do papa veio logo após o apelo aos “países amigos” por ajuda feito pelo primeiro-ministro libanês, Hassan Diab.

Assim como o papa, já manifestaram solidariedade ao povo libanês diversos governos e chefes de Estado e começam a ocorrer iniciativas humanitárias.

A Rússia foi o primeiro país a anunciar envio de ajuda: “Ao todo, cinco aviões do Ministério para Situações de Emergência da Rússia serão enviados a Beirute em uma ação humanitária para ajudar e atenuar as consequências da forte explosão”, informou o departamento de comunicação do ministério.

Da Europa, a primeira manifestação de solidariedade veio da França. O governo francês informou que dois aviões levantaram voo em direção ao Líbano com especialistas de busca em escombros, 15 toneladas de equipamento médico e uma clínica de campanha.

O primeiro-ministro italiano, Giuseppe Conte, afirmou que “fará tudo o que puder” para ajudar. A Inglaterra e a Alemanha também já ofereceram apoio.

Através do Ministério das Relações Exteriores, o Egito comunicou que segue em contato com Beirute para enviar “toda a ajuda ao país irmão nestas condições difíceis”.

As informações são de que demais países árabes, entre



Vatican News

“Líbano vai superar a grave crise que está atravessando”

eles Qatar, Kuwait, Emirados Árabes e Arábia Saudita declararam disposição e já começam a enviar apoio.

APOIO DE SÃO PAULO

A Prefeitura de São Paulo (cidade com maior população de filhos do Líbano fora do país de origem em todo o mundo) presta solidariedade com o povo libanês iluminando quatro áreas públicas da cidade com as cores da bandeira do país atingido pela explosão.

O edifício Matarazzo (sede da administração municipal), o Viaduto do Chá, a ponde Octávio Frias (Estaiada) e a Biblioteca Mário de Andrade ficarão iluminadas por três dias. “Dessa forma a cidade de São Paulo presta a suas condolências e solidariedade à comunidade libanesa”, disse o prefeito

também esperamos que assim façam os partidos que vão estar na disputa eleitoral das próximas eleições”.

CAOS NA SAÚDE

Sobre a gestão do governo de fato de Jeanine Añez da crise do coronavírus, que já contagiou 90 mil e matou mais de 3.600, Arce afirmou “lamentar pelos bolivianos que, justamente em uma pandemia, não estamos vivendo em uma democracia”, mas sob um “governo improvisado”, que “não cumpriu as expectativas”.

Sobre o caos na Saúde no país em plena pandemia, ele lembrou que em menos de um ano, o país já teve três ministros da pasta.

Depois de uma quarentena parcial em março, seguida por uma quarentena total, o governo Añez “não conseguiu durante esse tempo todo planejar uma resposta e comprar o que devia para enfrentar o coronavírus”, dos respiradores às UTIs e aos testes, denunciou. Quando comprou, “foram superfaturados”.

Médicos, enfermeiras, policiais e militares envolvidos na assistência aos doentes e na manutenção da quarentena continuam sem os equipamentos de proteção pessoal indispensáveis, disse ainda Arce. “As estatísticas são mentirosas”.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Diab assumiu em janeiro deste ano após a longa guerra na fronteira Síria que gerou uma retração agravada pela Covid. A devastação de Beirute trouxe a crise à tona

O primeiro-ministro do Líbano, Hassan Diab, anunciou sua renúncia em pronunciamento em rede de TV nesta quarta-feira, dia 10.

Ele já havia dito, no dia anterior, que “somente eleições antecipadas o Líbano consegue sair da crise e formar uma nova classe política”.

Com a capital, Beirute tomada por protestos que já duram dois dias, invasões a ministérios e cerco ao parlamento, Diab, declarou que está “dando um passo atrás para se colocar ao lado do povo e lutar na batalha pelas transformações junto a ele”.

Ele entregou a carta de renúncia ao presidente, Michel Aoun, após renunciarem todos os ministros integrantes de seu gabinete.

O movimento foi decidido depois da renúncia da ministra da Informação, Manal Abdel Samad; do Meio Ambiente, Damianos Katter; da Justiça Marie-Claude Najm e das Finanças Ghazi Wazni.

Coube ao ministro da Saúde, Hamad Hassan, ao final da reunião ministerial, anunciar à imprensa da renúncia do gabinete e informar que Diab se dirigia ao Palácio Presidencial para entregar a renúncia.

Durante a reunião do seu gabinete, antes da declaração de renúncia, foi aprovado o envio de uma moção ao Conselho Judicial reforçando a necessidade de uma rápida conclusão das investigações em torno das explosões que levaram à morte de mais de 200 pessoas, mais de 5.000 feridos e 300 mil desabrigados, além da destruição do porto da capital e devastação dos bairros vizinhos.

Diab assumiu em janeiro deste ano após a queda do neoliberal Saad Hariri e após meses de luta para manter a soberania, o funcionamento do Estado e tomar as rédeas

das finanças do país, inclusive suspendendo o pagamento de três parcelas de pagamentos da dívida em títulos europeus em paralelo com a apresentação de um plano de renegociação negado pelo FMI, que colocava qualquer acordo dependente da aprovação de “reformas” (termo elegante para a entrega de todo o patrimônio público do país). As negociações foram interrompidas unilateralmente com a negativa de seu governo de entregar o patrimônio público.

Os Estados Unidos deixavam claro, inclusive mediante sanções ao país, que se chocava com qualquer apoio ao Líbano enquanto houver um governo, como o atual, com a participação do partido Hezbollah que resistiu e vendeu a ocupação israelense ao sul do país e ajudou o governo sírio a resistir à tentativa de entregar o país vizinho à sanha de terroristas financiados pelos EUA em aliança com a monarquia saudita.

No pronunciamento em que anunciou a renúncia, declarou que o “crime” (referindo-se à explosão no porto) resultou de “uma corrupção endêmica pela qual é responsável uma elite que tomou conta do país”.

“A corrupção está enraizada em toda parte da vida do Estado” e referindo-se aos poderosos que o antecederam: “Eles sabiam que nós éramos uma ameaça a eles e que o sucesso deste governo significaria uma mudança real contra essa classe que governou o país até asfixiá-lo no fedor de sua corrupção”.

De acordo com a legislação libanesa, tanto o premiê quanto o seu gabinete ministerial se mantêm no governo do país, mas na qualidade de interinos e discutindo no parlamento a formação do novo governo ou, como sugere Diab, a convocação de novas eleições.

Para o primeiro-ministro Diab, “somente eleições antecipadas podem tirar o Líbano da crise”

“Não é possível para o país sair da crise estrutural exceto através de eleições parlamentares antecipadas”, afirmou o primeiro-ministro libanês, Hassan Diab, no sábado, dia 8.

Diab, que assumiu em janeiro deste ano, tinha apoio do bloco patriótico formado majoritariamente pelos partidos Amal (Esperança), Hezbollah e Movimento Patriótico Livre.

Este bloco assumiu o governo depois das vastas manifestações de outubro de 2019 que levaram ao afastamento do governo comandado pelo neoliberal Saad Hariri (filho do ex-premiê Rafik Hariri, morto em 2005, em uma explosão sob seu veículo).

O primeiro-ministro assumiu prometendo mudanças em um país com a inflação tendo, no ano anterior, levado a moeda local, Lira Libanesa (LL) a uma perda de 80% de seu valor face ao dólar.

Para infelicidade do país, assim que assumiu o novo governo, veio a pandemia trazendo um agravamento da sua situação financeira.

Dois meses após assumir o mandato, Diab anunciou que o seu governo não tinha como pagar uma parcela que vencia em títulos europeus no valor de US\$ 1,2 bilhão. (As parcelas de abril US\$ 700 milhões e junho, US\$ 600 milhões também não foram pagas). O endividamento somente nestes títulos está em US\$ 31 bilhões

Diab, junto com seu gabinete elaboraram uma proposta – incluindo o argumento de necessidade premente de ajuda humanitária diante da pandemia – de reestruturação da dívida e de liberação de recursos para a retomada do crescimento, como única forma de possibilitar o retorno aos pagamentos refinanciados.

Esse projeto foi assinado

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br



Fauce chefia força-tarefa anti-Covid-19

Dr. Fauci é ameaçado por contestar Trump e defender a ciência contra a pandemia

O dr. Anthony Fauci, principal especialista em doenças infecciosas dos Estados Unidos e chefe da força tarefa de combate à pandemia do governo norte-americano, denunciou que ele e sua família receberam ameaças de morte pelo trabalho que vem realizando em defesa das medidas cientificamente comprovadas para prevenir a propagação do coronavírus no país. Informou que teve que ser destacada uma equipe de segurança para acompanhá-lo de forma contínua.

“As crises mostram o melhor e o pior das pessoas, e receber ameaças de morte contra minha família e intimidar minhas filhas até o ponto em que tenho que conseguir proteção, é inacreditável”, assinalou Fauci em um foro transmitido pela Universidade de Harvard.

“Nunca teria imaginado, nem em meus sonhos mais doidos, que as pessoas que se opõem aos princípios de saúde pública mais básicos estariam tão contra o que eu digo, baseando-me na ciência, e que me ameaçariam”, acrescentou o líder da luta contra o coronavírus nos EUA.

Fauci apontou a necessidade e a urgência dos estadunidenses utilizarem máscaras, manterem o distanciamento físico, a higiene e evitar ir a eventos com aglomerações em lugares fechados. Um dos motivos que poderia estar por trás da rejeição às medidas para combater a pandemia, detalhou o epidemiologista, é o “sentimento anti-ciência” nos Estados Unidos que está “relacionado com a autoridade e a desconfiança”.

EUA EPICENTRO DA COVID

No sábado(8), a quantidade de casos confirmados era de quase 5 milhões e de 161.456 mortos, confirmando que o país continua no pico do Covid-19 no mundo.

Com o descaso pela doença e pelas medidas científicas por Trump, que já recebeu de detergente a cloroquina (no que é macaqueado aqui por Bolsonaro), a situação por lá estaria muito mais grave sem a persistência do Dr. Fauci e dos governadores (principalmente os democratas) que seguem suas orientações.

Trump já confrontou publicamente o especialista declarando que ele tem se equivocado em muitas de suas recomendações. «É um pouco alarmista», disse à Fox News, onde se referiu à orientação do virologista sobre o uso das máscaras e sobre a gravidade da pandemia no país. Mas, Fauci reagiu e voltou a defender suas opiniões sobre os contágios: “Me considero mais realista que alarmista”.

Ressabiado, o presidente reconheceu a popularidade de seu assessor e, sem condições de negá-lo, disse que Fauci goza de boa aceitação na população, diferente dele que “não agrada ninguém pela sua personalidade”.

Uma pesquisa realizada pela Universidade de Quinniac revelou que 65 % dos consultados escutam mais a Fauci que ao presidente, e que quase 7 de cada 10 não acreditam o que diz Trump sobre a pandemia de coronavírus, conforme publicou o site elintranews.com.

Investigado por corrupção, rei Emérito da Espanha escafede-se

Flagrado em casos de corrupção milionária, o rei emérito de Espanha, Juan Carlos I, fugiu em um jatinho privado até Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes Unidos, e não para a República Dominicana, assegurou nesta sexta-feira o jornal espanhol ABC. A Casa Real não quis confirmar seu destino, mas o jornal revelou que o plano de voo sofreu alteração para evitar rastreamentos.

Conforme o ABC, Juan Carlos, de 82 anos, teria deixado Vigo, na Galícia, noroeste do país europeu, acompanhado por quatro seguranças e seu assessor, desembarcando em um aeroporto executivo dos Emirados e seguido para o hotel Emirates Palace em um helicóptero. A segurança local foi fortalecida por homens do príncipe herdeiro de Abu Dhabi, Mohamed bin Zayed Al Nahyan.

Juan Carlos havia abandonado o país na segunda-feira após ser aberta uma investigação contra ele, tanto na Espanha como na Suíça, por ter amealhado quantias fabulosas em paraísos fiscais, fruto, entre outras irregularida-

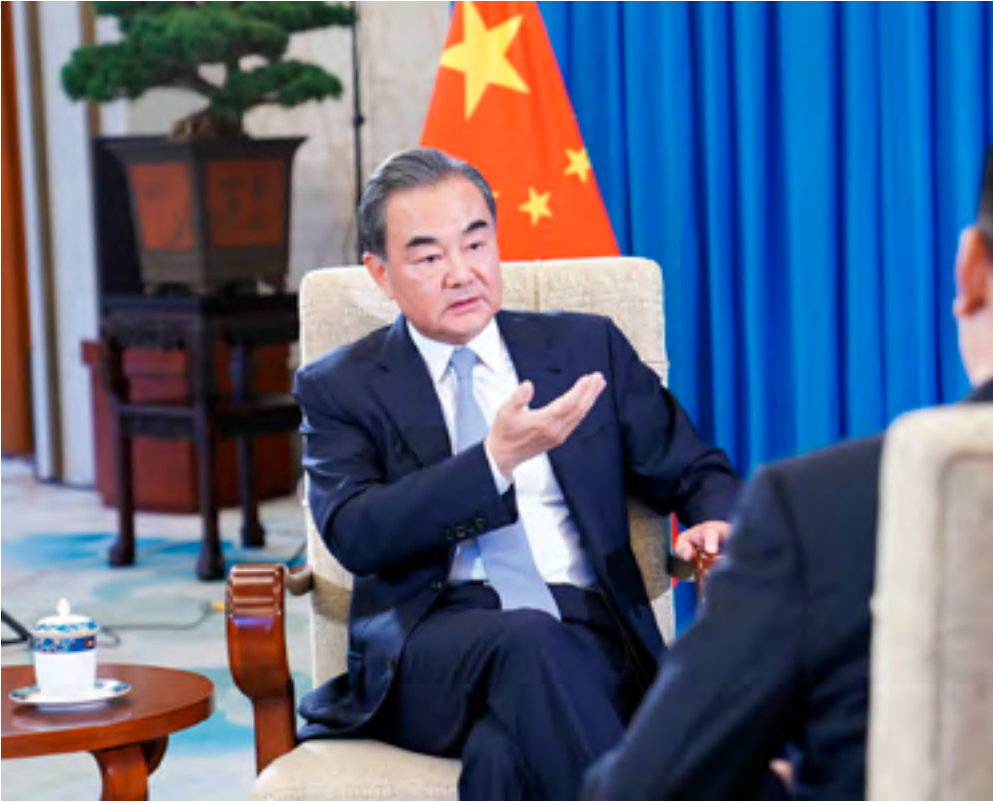
des, na construção do trem de velocidade (AVE) que une as cidades de Medina e La Meca.

Os escândalos das contas do rei emérito na Suíça e seus nababescos presentes a duas amantes já vinham colocando em xeque o futuro da monarquia – que se tornara, após a morte do ditador Franco, a saída para uma transição democrática, via Pacto de Moncloa.

“Agora, guiado pela certeza de prestar o melhor serviço aos espanhóis, às suas instituições e a ti [Felipe VI] como rei, comunico minha decisão de me mudar, neste momento, para fora da Espanha”, escreveu Juan Carlos em carta divulgada pela Casa Real, instituição responsável pela coroa espanhola.

Em um comunicado, a coroa respondeu que a decisão foi aceita pelo rei Felipe VI, que agradeceu e respeitou o pedido do pai. Segundo a Casa Real, o rei reconhece o legado de Juan Carlos I e reafirma os princípios e valores democráticos. Mas, como não podia ser diferente, cresce o clamor de “Fora com a monarquia”.

China repele ‘nova Guerra Fria’ e exige que EUA pare provocações



Ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, concede entrevista

Rússia: ‘Trump ataca TikTok e viola OMC para manter monopólio dos EUA na web’

A Rússia classificou o ataque à luz do dia do governo Trump à plataforma chinesa de compartilhamento de vídeos curtos Tik Tok como um “exemplo flagrante de concorrência desleal” na tentativa de “manter o monopólio dos gigantes norte-americanos da web” e “uma violação das normas da Organização Mundial do Comércio”.

Na quinta-feira, o presidente Trump assinou uma ordem executiva que proibiria em 45 dias os norte-americanos de transacionar com a empresa chinesa ByteDance, dona do TikTok, a menos que esta venda o aplicativo para uma empresa norte-americana. Depois, ainda disse que o Tesouro dos EUA deveria receber uma comissão – “uma quantia substancial de dinheiro” – por estar possibilitando a transação.

Na prática, essa medida estende às plataformas de web a guerra de Trump contra o desenvolvimento tecnológico de ponta da China, já explicitada pela caçada à Huawei, que saiu na frente no 5G, e a outras empresas chinesas.

O pretexto alegado pela Casa Branca foi de que o Tik Tok coletaria dados pessoais de cidadãos americanos, que seriam compartilhados com o governo chinês e usados para espionagem ou chantagem, sem apresentar qualquer prova. Conforme a ordem presidencial, seria uma ameaça “à segurança nacional, à política externa e à economia dos EUA”.

Na realidade, a ByteDance é uma empresa privada e os dados dos usuários norte-americanos do Tik Tok ficam armazenados em servidores dentro dos Estados Unidos.

Ordem executiva de mesmo teor foi dirigida por Trump

contra a WeChat, no que é amplamente visto como uma tentativa de Washington de barrar o avanço das plataformas chinesas, que estão deixando para trás, em funcionalidade e criatividade, as gigantes norte-americanas, como Facebook, Amazon e Google.

Tanto a China quanto o Tik Tok negaram as alegações do regime Trump. Tik Tok tem 800 milhões de usuários. A plataforma multipropósitos WeChat, de propriedade da TenCent, tem 1 bilhão de usuários no mundo inteiro e nos EUA é utilizada diariamente por 19 milhões de pessoas. O WeChat se tornou o principal meio de relacionamento dentro da China e entre chineses no exterior – como os 400 mil estudantes chineses nos EUA – e suas famílias.

Nos EUA, o Tik Tok se tornou imensamente popular entre a garotada, com 80 milhões de usuários e há quem diga que foram os Tik Tokers que esvaziaram o comício de Tulsa de Trump por pura curtição. Imediatamente, a Microsoft se candidatou a ser quem abocanha a plataforma Tik Tok.

A porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, Maria Zakharova, chamou essa ação contra o Tik Tok de “outro exemplo flagrante de concorrência desleal” pelo domínio no campo da informação. Ela considerou “infundadas” as alegações de Washington e assinalou que não passavam de uma “manobra descarada” para forçar uma empresa chinesa “a ser absorvida por um concorrente dos EUA”.

Zakharova questionou, ainda, se esses métodos assumidos abertamente

por Trump “para manter o monopólio dos gigantes da web americanos” poderiam ser considerados de acordo com “o direito internacional e os valores democráticos”.

Na sexta-feira, a ByteDance anunciou que irá “aos tribunais” defender seus direitos diante do que vem sendo chamado de “pirataria dos tempos modernos” do governo Trump.

Em Pequim, em coletiva de imprensa, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Wang Wenbin, disse que a China se opõe firmemente ao bullying fragrantado por parte de Washington contra empresas não-americanas, o que viola as normas da OMC.

O porta-voz advertiu Washington a “não abrir a caixa de Pandora” e a se abster de “politicizar questões econômicas”. “Se os Estados Unidos fazem assim, qualquer país poderá tomar medidas semelhantes contra qualquer empresa norte-americana por razões de segurança nacional”.

Wang também destacou que “há algum tempo e sem fornecer qualquer evidência, os Estados Unidos vêm explorando exageradamente o conceito de segurança nacional e abusam do poder estatal para derrubar certas empresas não-americanas”.

“É um flagrante ato de bullying, ao qual a China se opõe firmemente”, sublinhou.

Wang destacou que as empresas atingidas fazem negócios nos Estados Unidos de acordo com os princípios de mercado e regras internacionais e cumprem as leis e regulamentos dos EUA.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Hiroshima exige paz e mundo sem armas nucleares

mas o premiê Shinzo Abe evitou qualquer referência direta, dizendo genericamente que o Japão precisa ‘ser uma ponte entre as nações’ para abolir armas nucleares.

“Me comprometo a fazer o possível para conseguir um mundo sem armas nucleares e uma paz duradoura”, prometeu Abe, com frequência criticado por sua intenção de revisar a Constituição pacifista do Japão.

Os Estados Unidos lançaram a primeira bomba atômica sobre Hiroshima no dia 6 de agosto de 1945, que destruiu a cidade e matou 140 mil pessoas. Lançou um segundo ataque três dias depois sobre Nagasaki, onde morreram mais 70 mil pessoas. A Itália e a Alemanha já haviam capitulado, tornando desnecessária tamanha violência. O Japão rendeu-se em 15 de agosto.

O secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, lamentou em uma mensagem de vídeo publicada nesta quinta-feira, 6, que

o objetivo de eliminar as armas atômicas, estabelecido pelas Nações Unidas em sua fundação, não tenha sido concretizado. “Hoje, um mundo sem armas nucleares parece cada vez mais distante”, afirmou.

SOLIDARIEDADE

“Seja o coronavírus ou as armas nucleares, a maneira de superar (os desafios) é a solidariedade entre os povos”, disse Keiko Ogura, uma sobrevivente de 83 anos de Hiroshima.

“A ofensiva soviética no Extremo Oriente, como parte dos acordos entre os Aliados, não somente libertou a China e Coreia, mas também eliminou os motivos para o Japão continuar operações militares. Naquela situação os bombardeios nucleares realizados pelos Estados Unidos eram de fato uma demonstração da força, um teste operacional de armas nucleares na população civil. Estados Unidos foi o primeiro e o único país a usar este tipo de armas de destruição em massa”, afirmou o chanceler da Rússia, Sergey Lavrov.

O chanceler Wang Yi disse na entrevista em Pequim que seu país rejeita o retorno àquela confrontação por “contrariar os interesses fundamentais dos povos chinês e americano”

A escalada de provocações do governo Trump e em especial, da parte do secretário de Estado Mike Pompeo, contra a China, e a tentativa de ressurgimento do macarthismo foram temas de uma entrevista do ministro das Relações Exteriores Wang Yi à agência de notícias Xinhua, na quarta-feira (5), que transcrevemos a seguir:

Xinhua: O secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, afirmou em seu discurso na Biblioteca Presidencial Richard Nixon que a política de engajamento com a China buscada por sucessivos governos dos EUA desde o presidente Nixon não produziu seu objetivo e falhou. O que você tem a dizer?

Wang Yi: A afirmação de que a política de engajamento dos EUA com a China falhou é apenas uma reformulação sob a mentalidade da Guerra Fria. Faz vista grossa para tudo o que foi alcançado nas relações China-EUA nas últimas décadas, mostra ignorância do processo histórico e falta de respeito pelos povos chinês e americano. Trata-se de um vírus político que é compreensivelmente questionado e repellido pelas pessoas nos Estados Unidos e pela comunidade internacional.

Há mais de quatro décadas, líderes da China e dos Estados Unidos fizeram o aperto de mão através do vasto Oceano Pacífico. O que tornou isso possível foi que ambos os países aderiram ao princípio do respeito mútuo e buscaram um terreno comum, deixando de lado as diferenças ideológicas.

Durante a visita do presidente Nixon à China em 1972, o primeiro-ministro chinês Zhou Enlai disse que a China e os EUA precisavam ser claros sobre nossas diferenças e encontrar um ponto de vista comum, de modo a alcançar um novo ponto de partida nos laços bilaterais. O Presidente Nixon respondeu que nossos dois países têm grandes diferenças, e o que nos une é que temos interesses comuns que transcendem essas diferenças. O Comunicado de Xangai emitido pelos dois países consagrou seu consenso para respeitar um ao outro e buscar um terreno comum, deixando de lado as diferenças.

O que aconteceu desde então demonstra que essa escolha monumental feita pelos dois lados é a certa. Nos mais de 40 anos desde que os dois países reataram laços diplomáticos, várias gerações de chineses e americanos trabalharam juntos para avançar as relações China-EUA. Como resultado, os laços bilaterais tornaram-se uma das relações mais profundamente entrelaçadas do mundo com áreas de cooperação mais amplas e interesses comuns mais extensos.

China e EUA representam agora mais de um terço da produção econômica global e mais de 50% do crescimento global. O volume comercial bilateral aumentou mais de 250 vezes desde os primeiros dias de laços diplomáticos e ocupa um quinto do total global. O investimento saltou de quase zero para quase US\$ 240 bilhões, e as visitas anuais dos dois povos atingiram cinco milhões. Os dois países assumem responsabilidades importantes para quase todas as questões globais relativas a paz e ao desenvolvimento mundial. Ninguém pode negar esses fatos.

Quarenta anos depois, embora a China e os EUA sejam bastante diferentes no sistema social e muitos outros aspectos, tais diferenças não afetaram a coexistência pacífica e a cooperação entre os dois países, e não devem afetar seus laços bilaterais no futuro. Não é necessário nem possível que os dois lados mudem um ao outro. Em vez disso, devemos respeitar a escolha feita independentemen-

te pelo povo do outro lado.

As principais conquistas da China nas últimas décadas mostram que o caminho do socialismo com características chinesas se encaixa na China e desfruta do mais extenso e firme apoio do povo chinês. Também beneficiou o mundo e as pessoas de outros países, incluindo o povo americano.

A China continuará buscando desenvolvimento e progresso para atender ao desejo de seu povo e fazer novas e ainda maiores contribuições para a humanidade. Qualquer um que tente descarrilar este processo só poderá terminar em fracasso.

Xinhua: Os EUA fizeram recentemente uma série de movimentos que minam o intercâmbio cultural e de pessoas com a China. A mídia chinesa que opera nos EUA sofreu restrições. Muitos se preocupam de que isto seja o ressurgimento do macarthismo. Você acha que os dois países vão cair em uma nova Guerra Fria?

Wang Yi: As relações China-EUA estão enfrentando o maior desafio desde o estabelecimento de laços diplomáticos, e suas trocas e cooperação em muitas áreas estão sendo seriamente interrompidas. A causa principal é que alguns políticos americanos que são tendenciosos e hostis à China estão usando seu poder para difamar a China com fabricações e para impedir os laços normais com a China sob vários pretextos.

O que eles querem é reverter o macarthismo na tentativa de minar as relações dos EUA com a China, estimular a hostilidade entre os dois povos e corroer a confiança entre os dois países. Em última análise, eles querem arrastar a China e os EUA para conflitos e confrontos renovados e mergulhar o mundo no caos e divisões novamente.

A China não permitirá que essas pessoas consigam o que querem. Rejeitamos qualquer tentativa de criar a chamada “nova Guerra Fria”, porque contraria os interesses fundamentais dos povos chinês e americano e a tendência global de desenvolvimento e progresso.

Não se dever permitir que se repita a Guerra Fria, que infligiu grandes sofrimentos ao mundo. Paz e desenvolvimento é o que todos os países aspiram. Qualquer um que tente iniciar uma nova Guerra Fria no século 21 estará do lado errado da história e só será lembrado como aquele que acabou com a cooperação internacional.

A China de hoje não é a antiga União Soviética. Não temos intenção de nos tornarmos em outro Estados Unidos. A China não exporta ideologia, e nunca interfere nos assuntos internos de outros países.

Como o maior país em desenvolvimento do mundo e membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, a China permanecerá comprometida com o desenvolvimento pacífico e com a busca de uma estratégia de abertura de benefício mútuo. A China continuará a promover a paz e o desenvolvimento global e a manter a ordem internacional.

Xinhua: Algumas pessoas nos Estados Unidos afirmam que a relação China-EUA tem sido injusta e não recíproca, que os EUA reconstruam a China, mas que ela se aproveitou. Você acha que este é o caso?

Wang Yi: A cooperação China-EUA nunca foi um caso de uma parte dando favorecimento à outra, ou uma parte se aproveitando da outra. Ambos os países se beneficiaram muito dessa cooperação ...

Leia a íntegra da entrevista em www.horadopovo.com.br

Gregório de Matos e os primórdios da civilização brasileira (4)



Continuação da edição anterior

(...) Goza, goza da flor da mocidade,/ Que o tempo trata a toda ligeireza,/ E imprime em toda a flor sua pisada. (...)

CARLOS LOPES

mais vem em seguida:

Tornando o autor a renovar os amores com D^a Brites depois de ela se casar

*Não me culpes, Filena, não, de ingrato,
Se notado hás em mim tanta esquivança;
Por que a força do Fado em tal mudança,
Ou inclina o desdém, ou move o trato.*

*Mas que importa, se quando esquecer trato
Teus amores, por lei que não alcança
De Amor a atenciosíssima lembrança,
Vive n’alma estampado o teu retrato?*

*Os afetos combatem na vontade
Amoroso desdém, zelosa pena,
Produzindo tão grande variedade.*

*Teu amor, que me obriga, te condena:
Que como não tens livre a liberdade,
Não me podes prender o amor, Filena.*

O soneto seguinte já não é sobre uma “dama parda”; mas poderia ser.

Terceira impaciência dos desfavores de uma dama

*Dama cruel, quem quer que vós sejais,
Que não quero, nem posso descobrir-vos,
Dai-me agora licença de arguir-vos,
Pois para amar-vos tanto me negais.*

*Por que razão de ingrata vos prezaís,
Não pagando-me o zelo de servir-vos?
Sem dúvida deveis de persuadir-vos
Que a ingratidão a formosenta mais.*

*Não há cousa mais feia na verdade;
Se a ingratidão aos nobres envilece,
Que beleza fará uma fealdade?*

*Depois que sois ingrata, me parece
Torpeza hoje, o que ontem foi beldade
E flor a ingratidão, que em flor fenece.*

O BRASILEIRO

Quem fala neste poema é a própria Bahia aos aproveitadores que vinham de Portugal, gente muito ingrata, que Gregório (ou o povo) chamava “Unhates”:

*Ingratos, mal procedidos!
Se eu sou essa que dizeis,
Por que não largais meu sítio?
Por que habitais em tal terra,
Podendo em melhor abrigo?
Eu pego em vós, eu vos rogo?
Respondei: dizei malditos?
Mandei acaso chamar-vos?
Ou por carta, ou por aviso?
Não viestes para aqui
Por vosso livre alvedrio?
Meus males de quem procedem?
Não é de vós? claro é isso:
Que eu não faço mal a nada
Por ser terra e mato arisco.
Se me lançais má semente.
Como quereis fruto limpo?*

Ou, sobre a pureza racial de certa elite:

Aos principais da Bahia chamados os caramurus

*Há coisa como ver um Paiajá
Mui prezado de ser Caramuru,
Descendente do sangue de tatu,
Cujo torpe idioma é Cobepá?*

*A linha feminina é Carimá’
Muqueca, pititinga, caruru,
Mingau de puba, vinho de caju
Pisado num pilão de Pirajá.*

*A masculina é um Aricobé,
Cuja filha Cobé, c’um branco Paí
Dormiu no promontório de Passé.*

*O branco é um Marau que veio aqui:
Ela é uma índia de Maré;
Cobepá, Aricobé, Cobé, Paí.*

Em alguns autores, a poesia religiosa de Gregório de Matos é considerada



uma fase de arrependimento em relação aos pecados de juventude. O poema citado como demonstrativo da tese, em geral é:

*Meu Deus, que estais pendente em um madeiro,
Em cuja Lei protesto de viver,
Em cuja Santa Lei hei-de morrer,
Animoso, constante, firme e inteiro;*

*Neste lance, por ser o derradeiro,
Pois vejo a minha vida anoitecer,
É, meu Jesus, a hora de se ver
A brandura de um Pai, manso cordeiro.*

*Mui grande é vosso amor e meu delito;
Porém pode ter fim todo o pecar;
E não o vosso amor, que é infinito.*

*Essa razão me obriga a confiar
Que por mais que pequei neste conflito,
Espero em vosso amor de me salvar.*

A interpretação do arrependimento é falha – Gregório considera que o amor de Deus por seus filhos, sua capacidade de perdoar é infinita, portanto, muito maior do que seria o seu arrependimento. Outro exemplo:

*Pequei, Senhor; mas não porque hei pecado,
Da vossa alta clemência me despido;
Porque, quanto mais tenho delinquido,
Vos tenho a perdoar mais empenhado.*

*Se basta a vos irar tanto pecado,
A abrandar-vos sobeja um só gemido:
Que a mesma culpa, que vos há ofendido,
Vos tem para o perdão lisonjeado.*

*Se uma ovelha perdida e já cobrada
Gloria tal e prazer tão repentino
Vos deu, como afirmais na sacra historia,*

*Eu sou, Senhor, a ovelha desgarrada,
Cobrai-a; e não queirais, pastor divino,
Perder na vossa ovelha a vossa glória.*

Entretanto, a fé de Gregório é verdadeira:

Buscando a Cristo

*A vós correndo vou, braços sagrados,
Nessa cruz sacrossanta descobertos,
Que, para receber-me, estais abertos,
E, por não castigar-me, estais cravados.*

*A vós, divinos olhos, eclipsados
De tanto sangue e lágrimas abertos,
Pois, para perdoar-me, estais despertos,
E, por não condenar-me, estais fechados.*

*A vós, pregados pés, por não deixar-me,
A vós, sangue vertido, para ungir-me,
A vós, cabeça baixa, p’ra chamar-me.*

*A vós, lado patente, quero unir-me,
A vós, cravos preciosos, quero atar-me,
Para ficar unido, atado e firme.*

Para encerrar a sessão religiosa, este soneto apocalíptico:

Ao Dia do Juízo

*O alegre do dia entristecido,
O silêncio da noite perturbado,
O resplendor do sol todo eclipsado,
E o luzente da lua desmentido.*

*Rompa todo o criado em um gemido.
Que é de ti, mundo? onde tens parado?
Se tudo neste instante está acabado,*

Tanto importa o não ser, como haver sido.

*Soa a trombeta da maior altura,
A que a vivos e mortos traz o aviso
Da desventura de uns, de outros ventura.*

*Acabe o mundo, porque é já preciso,
Erga-se o morto, deixe a sepultura,
Porque é chegado o dia do juízo.*

TRABALHO POÉTICO

É bastante comum o tratamento de Gregório de Matos como um sujeito com facilidade para o verso (“um repentista”, diz um crítico) e apenas isso.

O fato de não ter publicado em vida – e as dificuldades para estabelecer textos definitivos, a partir de manuscritos – deram algum alento a essa tese.

No entanto, tudo parece indicar o oposto. Ainda que as pesquisas tenham de avançar para que se chegue a conclusões mais sólidas, o poema que dedicou à esposa, Maria dos Povos, demonstra um trabalho hercúleo – se assim podemos dizer – sobre a matéria poética. Finalizamos, então, com duas versões desse mesmo soneto:

*Discreta, e formosíssima Maria,
Enquanto estamos vendo a qualquer hora,
Em tuas faces a rosada Aurora,
Em teus olhos e boca o Sol, e o dia:*

*Enquanto com gentil descortesia
O ar, que fresco Adónis te namora,
Te espalha a rica trança voadora,
Quando vem passear-te pela fria:*

*Goza, goza da flor da mocidade,
Que o tempo trata a toda ligeireza,
E imprime em toda a flor sua pisada.*

*Oh não aguardes, que a madura idade,
Te converta essa flor, essa beleza,
Em terra, em cinza, em pó, em sombra, em nada.*

E a terceira versão deste mesmo poema:

*Discreta, e formosíssima Maria,
Enquanto estamos vendo claramente
Na vossa ardente vista o sol ardente,
E na rosada face a aurora fria:*

*Enquanto pois produz, enquanto cria
Essa esfera gentil, mina excelente
No cabelo o metal mais reluzente,
E na boca a mais fina pedraria:*

*Gozai, gozai da flor da formosura,
Antes que o frio da madura idade
Tronco deixe despido, o que é verdura.*

*Que passado o zenith da mocidade,
Sem a noite encontrar da sepultura,
É cada dia ocaso da beldade.*

NOTA: Os textos dos poemas de Gregório de Matos, coletados para publicação impressa muito depois da sua morte, apresentam diferenças muito difíceis de ignorar, apesar de aparentemente pouco substanciais. Mas é uma exigência da poesia a exatidão das palavras.

Por exemplo, o verso “*As mulatas me desprezaram*”, de “À gente da Bahia”, aparece na edição organizada em 1882 por Vale Cabral como “*As mulatas me esqueceram*”.

Como a edição de Vale Cabral é básica – inclusive com a publicação, pela primeira vez, da “Vida de Gregório de Matos”, escrita no século XVIII por Manuel Pereira

Estátua de Gregório de Matos, em Salvador. A estátua fica na área externa do Teatro Gregório de Matos, em frente à Praça Castro Alves. Feita em fibra de vidro pelo artista plástico Tati Moreno, a escultura tem um dispositivo de presença e de som que faz com que quem se aproxime escute trechos de poemas de Gregório na voz do ator baiano Jackson Costa

Rebello – reproduzimos algumas considerações sobre as dificuldades que encontrou: “Até que afinal vai correr mundo boa cópia das numerosas composições de Gregório de Matos, depois de terem decorrido quase dois séculos da morte deste nosso famoso satírico.

“Poucas produções do notável gênio brasileiro existiam até agora impressas e ao cônego Januário da Cunha Barbosa cabe a glória de ter sido o primeiro que nos deu em 1831, no seu Parnaso Brasileiro, meia dúzia de sátiras de Gregório de Matos, precedidas de um resumo da sua vida.

“O snr. comendador Joaquim Norberto de Sousa Silva inseriu depois, em 1843, alguns fragmentos de poesias no tomo 1 da Minerva Braziliense e em 1844, uma sátira e três sonetos seus no Mosaico poético. Em 1850, Varnhagen, depois visconde de Porto Seguro, imprimiu maior número de composições de Matos no tomo 1 do seu Florilégio da Poesia Brasileira; depois, em 1855, saíram algumas poesias e sonetos escolhidos do satírico nacional no Ensaio biográfico crítico dos melhores poetas portugueses de José Maria da Costa e Silva. Francisco de Paula Brito também publicou uma produção de Matos na sua Marmota de 11 de Março de 1855. Eis tudo o que até hoje existia impresso do nosso poeta.

“Para a presente edição, além do que corria impresso, servi-me:

“I) de duas coleções [de manuscritos] pertencentes à biblioteca de S. M. o Imperador, as quais pertenceram a Inocencio Francisco da Silva e foram adquiridas do seu espólio.

“II) de outra coleção em dois volumes, que pertencem ao snr. Luiz de Carvalho, ambos de boa letra do XVIII século e sem títulos.

“III) finalmente de mais outra coleção [de manuscritos] também em dois volumes, pertencente ao snr. dr. João Antônio Alves de Carvalho, distinto bibliófilo fluminense. E cópia moderna feita pelo punho do grande amador de livros Manuel Ferreira Lagos.

Destas quatro coleções manuscritas que me serviram para fazer a edição que ora aparece pela primeira vez, visto se acharem algumas poesias repetidas, notam-se muitas variantes, umas devidas ao próprio poeta e outras que parecem defeitos dos copistas” (cf. **Obras Poéticas de Gregório de Mattos Guerra precedidas pela Vida do poeta pelo licenciado Manuel Pereira Rebello**, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1882, org. por Alfredo do Vale Cabral; sobre o último, v. Carlos Otávio Flexa, **O descobridor encoberto da Biblioteca Nacional: Alfredo do Vale Cabral**, FBN, 2010).

Assim, tivemos que usar várias edições diferentes para escrever este texto:

1) Alfredo do Vale Cabral, **Obras Poéticas de Gregório de Mattos Guerra precedidas pela Vida do poeta pelo licenciado Manuel Pereira Rebello**, Rio, Typ. Nacional, 1882.

2) Academia Brasileira de Letras, **Obras de Gregório de Matos em seis volumes**, Rio, 1923-1933;

3) Gregório de Matos, **Obras Completas**, Edições Cultura, 2ª ed., São Paulo, 1945.

4) James Amado, **Obras Completas de Gregório de Matos, crônica do viver baiano seiscentista**, 2ª ed., 2 vols., Record, Rio, 1990.

5) Walmir Ayala, **Antologia Poética de Gregório de Matos**, Ediouro, 1991.

6) Francisco Topa, **Edição Crítica da Obra Poética de Gregório de Matos**, Porto, 1999.

7) José Miguel Wisnik, **Poemas Esco- lhidos de Gregório de Matos**, Companhia de Letras, 2010.

Esta menção (e esta nota) é apenas para dizer que, quanto à versão dos poemas transcritos, a escolha (e, portanto, a responsabilidade) foi inteiramente nossa (C.L.).